

ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 03.467.321/0001-99

NIRE 51.300.001.179 | Código CVM nº 14605

Rua Vereador João Barbosa Caramuru, 184, Cuiabá, MT

CEP 78.010-900

ri.energisa.com.br

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE

28/04/2026

Prezados(as),

A Administração da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“EMT” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas a proposta sobre as matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária, a se realizar em **28 de abril de 2026, às 12:00 horas (horário de Cuiabá) e 13:00 horas (horário de Brasília)**, de modo exclusivamente digital (“AGO” ou Assembleia”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia, nos termos abaixo propostos (“Proposta”):

- (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (ii) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
- (iii) deliberar sobre a fixação do número de membros titulares a serem eleitos para a nova composição do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para um mandato de 02 (dois) anos;
- (v) deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e
- (vi) fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia.

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos nos artigos 10, 11 e 13 da Resolução CVM 81 de 29 de março de 2022, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia e no seu website (ri.energisa.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (www.b3.com.br), bem como foram contemplados nos Anexos da presente Proposta.

Cuiabá, 27 de março de 2026.

A Administração.

I. Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Para deliberar sobre este item: (i) o Relatório da Administração; (ii) Demonstrações Financeiras; (iii) Notas Explicativas; e (iv) o Parecer dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2025, foram disponibilizados aos acionistas, na sede da Companhia, no website (ri.energisa.com.br), no website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), no website da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e publicados no Jornal A Gazeta no dia 26 de março de 2026.

O Anexo I da presente Proposta contém os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Companhia, na forma do item 2 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM 59.

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Para deliberar sobre este assunto, são disponibilizados aos acionistas: (a) a presente Proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; e (b) o Anexo II da presente Proposta, nos termos do Anexo A da Resolução CVM 81.

c) Deliberar sobre a fixação do número de membros titulares a serem eleitos para a nova composição do Conselho de Administração da Companhia.

Nos termos do disposto no OFÍCIO CIRCULAR ANUAL/CVM/SEP/2026, o qual estabelece orientações gerais sobre procedimentos a serem observados pelas companhias abertas, nos cenários em que o estatuto social estabelecer número variável de membros para compor o conselho de administração, a definição do número dos integrantes do conselho de administração deverá, necessariamente, preceder às deliberações referentes à eleição dos seus membros.

Nos termos do Artigo 16 do Estatuto Social da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A., o Conselho de Administração será composto por, no mínimo 3 (três), e no máximo 5 (cinco) membros titulares, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

Isto considerado, a Administração propõe fixar em 4 (quatro) o número de membros titulares a serem eleitos para a nova composição do Conselho de Administração da Companhia.

d) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para um mandato unificado de 02 (dois) anos.

O mandato dos conselheiros de administração eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28 de abril de 2026 vigorará até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2028.

Nos termos da Lei nº 6.404/76, cabe ao acionista controlador da Companhia indicar pelos menos a maioria dos membros titulares do órgão.

A eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia ocorrerá por meio de votos em chapa, sendo declarados eleitos os candidatos da chapa que receber a maior quantidade de votos. Se houver a indicação individual de candidato ao Conselho de Administração, além daqueles que compõem a chapa, o presidente da Assembleia deliberará qual o sistema a ser utilizado na eleição, por chapa ou o sistema individual de candidatos.

Os acionistas ou grupo de acionistas que desejarem propor outra chapa para concorrer na eleição para compor o Conselho de Administração poderão fazê-lo nos termos da regulamentação vigente, do Estatuto Social e políticas vigentes da Companhia.

Regras para eleição de membros para o Conselho de Administração pelos Acionistas Não

Controladores

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia esclarece os possíveis cenários para a eleição de membros para o Conselho de Administração pelos acionistas não controladores, na forma a seguir:

Indicação de Candidatos pelos Acionistas Não Controladores

Solicita-se aos acionistas interessados em indicar candidatos ao Conselho de Administração da Companhia que o façam, preferencialmente, **até 3 (três) dias úteis antes da data da Assembleia** a qual ocorrerá em **28 de abril de 2026**, através do e-mail ri@energisa.com.br e envie a via física A/C da Gerência de Relações com Investidores, na Praça Rui Barbosa nº 80 (parte), Cataguases, Minas Gerais, CEP: 36.770-901, informando o nome completo e qualificação do candidato, bem como as informações exigidas pelo artigo 11 da Resolução CVM 81.

Adicionalmente, solicita-se ao acionista que submeter a indicação de membro do Conselho de Administração nos termos acima que envie, concomitantemente à indicação, cópia dos instrumentos de declaração, relativa ao candidato, de que trata o artigo 2º do Anexo K da Resolução CVM 80, ou declarar que obteve do indicado a informação de que está em condições de firmar tal instrumento, indicando as eventuais ressalvas. Deverá também ser apresentada a declaração de referido membro do Conselho de Administração atestando o seu enquadramento ou não em relação aos critérios de independência estabelecidos no Anexo K da Resolução CVM 80, contemplando a respectiva justificativa nos termos do artigo 7º do referido Anexo.

Os candidatos devem possuir os requisitos estabelecidos (i) pela Lei nº 6.404/76; (ii) regulamentação aplicável; e (iii) documentos de governança da Companhia, para serem eleitos para os respectivos cargos.

As informações relativas aos demais candidatos que forem indicados por acionistas, após o prazo acima mencionado e antes da AGOE, serão divulgadas pela Companhia na categoria “Aviso aos Acionistas”, disponibilizado nos websites da Companhia (<https://ri.energisa.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br) na forma prevista na regulação aplicável.

Não obstante o prazo mencionado acima, o acionista poderá apresentar candidato a membro do Conselho de Administração no curso da Assembleia, devendo tais indicações serem acompanhadas dos documentos e informações acima indicadas para disponibilização aos acionistas presentes.

Em atendimento ao OFÍCIO CIRCULAR ANUAL/CVM/SEP/2026, destacam-se a seguir alguns cenários, dentre outros, que podem se verificar no processo de eleição de membros do Conselho de Administração por não controladores durante a assembleia:

Eleição em Separado: Artigos 141, §4º a 6º da Lei nº 6.404/76.

Nos termos dos § 4º e § 6º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, somente poderão exercer o direito de eleger membros para o Conselho de Administração da Companhia, os acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária exigida pelo § 4º deste artigo durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anteriores à realização da Assembleia.

Com fundamento no inciso I do § 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas titulares de ações ordinárias poderão eleger, por maioria, em votação em separado, até 01 (um) membro para o Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto.

Com fundamento no inciso II do § 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas titulares de ações preferenciais poderão eleger, por maioria, em votação em separado, até 01 (um) membro para o Conselho de Administração, desde que representem, no mínimo 10% (dez por cento) do capital social.

Com fundamento no § 5º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, os acionistas não controladores titulares de ações preferenciais e os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias poderão agregar suas ações para elegerem em conjunto 1 (um) membro para o Conselho de Administração, desde que:

(i) os acionistas não controladores titulares das ações ordinárias não tenham elegido qualquer membro com base no inciso I do § 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76; (ii) os acionistas titulares de ações preferenciais não tenham elegido qualquer membro com base no inciso II do § 4º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76; e (iii) os acionistas titulares de ações preferenciais e os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias perfizerem juntos o quórum de 10% (dez por cento) do capital social da Companhia. Para fins de cálculo do percentual mínimo de 10% (dez por cento), deve ser considerado o número total de ações da Companhia, excluídas apenas as ações mantidas em tesouraria.

A Companhia informa que divulgará informações sobre eventuais candidatos apresentados previamente à Assembleia por acionistas minoritários, dando a esses eventuais candidatos a mesma transparência e divulgação dada aos candidatos propostos pelo acionista controlador.

Voto Múltiplo: Artigo 141 da Lei nº 6.404/76

Nos termos do art. 141 da Lei 6.404/76 e do art. 3º da Resolução CVM 70, o percentual mínimo de participação necessário para requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante da Companhia, sendo que o requerimento deve ser apresentado à Companhia em até 48 horas antes da realização da Assembleia.

A Companhia ressalta a importância de que eventuais pedidos de voto múltiplo sejam feitos com antecedência, de modo a facilitar o processamento dos pedidos pela Companhia e a participação dos demais acionistas.

Em caso de solicitação do processo de voto múltiplo, será observado o seguinte:

- (i) o processo de voto múltiplo será aplicável para a eleição de até 4 (quatro) membros do Conselho de Administração. No entanto, deverão ser desconsiderados, conforme o caso, os membros a serem eleitos separadamente, conforme indicado acima: (a) pelos acionistas não controladores titulares de ações ordinárias; e (b) pelos acionistas não controladores titulares de ações preferenciais.
- (ii) os acionistas não controladores titulares de ações ordinárias que optarem por participar do processo de eleição em separado para um membro do Conselho de Administração, nos termos do item acima, não poderão participar da eleição via processo de voto múltiplo com as mesmas ações de sua titularidade, sob pena de exercerem duplamente o direito de voto para uma mesma ação.

No Anexo III da presente Proposta são disponibilizados aos acionistas as informações a respeito dos candidatos indicados pelos acionistas controladores à eleição para os cargos de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração nos termos dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM 59.

e) Deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia

Para deliberar sobre esse assunto, é disponibilizado aos acionistas o relatório de análise do enquadramento dos candidatos indicados ao conselho de administração da Companhia aos critérios de independência, conforme parte integrante do Anexo III da presente Proposta.

f) Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia

Conforme Anexo IV da presente Proposta, a remuneração anual dos Administradores referente ao período de maio de 2026 a abril de 2027, encontra-se disponível nos termos do item 8 do Formulário de Referência, conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM 59, e será de R\$ 21.501.131,17 (vinte e um milhões, quinhentos e um mil, cento e trinta e um reais e dezessete centavos).

ANEXO I - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Artigo 10º RESOLUÇÃO CVM 81 – Inciso III

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

2.1.a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia” ou “EMT”), é uma sociedade por ações de capital aberto, com registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM desde 25 de outubro de 1994. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da [Rede Energia Participações S/A (“REDE”)], e possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Sua área de concessão abrange todo o Estado de Mato Grosso, atendendo 1.639.519 consumidores em 141 municípios.

A Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada, principalmente, pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem satisfatórios.

R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida (a)	8.672,7	6.952,6	5.428,1
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (b)	152,7	97,8	162,2
Dívida Líquida (c)	8.520,0	6.854,7	5.265,9
Patrimônio Líquido (d)	3.932,6	4.259,9	3.761,1
Índice de Endividamento Líquido	2,17	1,61	1,40

(a) Total de empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas.

(b) Consideram as aplicações financeiras no mercado aberto.

(c) A dívida líquida considera caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

(d) O patrimônio líquido atribuível aos controladores inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

O total de empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures, bem como as disponibilidades financeiras são conciliados abaixo:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	509,0	1.112,4	1.422,7
Empréstimos e financiamentos	338,1	868,9	767,0
Debêntures	101,5	227,7	550,5
Encargos de dívidas	24,2	57,5	37,8
Benefícios pós-emprego	1,8	2,9	5,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	43,3	(44,6)	62,2
Não Circulante	8.198,6	5.684,9	3.957,4
Empréstimos e financiamentos	2.211,7	2.417,4	2.717,9
Debêntures	5.997,1	3.381,1	1.354,9
Benefícios pós-emprego	10,5	12,2	23,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(20,7)	(125,7)	(139,1)
Total das dívidas	8.707,6	6.797,3	5.380,1
(-) Disponibilidades financeiras	963,4	1.632,5	987,7
✓ Caixa e equivalentes de caixa	152,7	97,8	162,2
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	810,7	1.534,7	825,5
Total das dívidas líquidas	7.744,2	5.164,8	4.392,4
(-) Créditos CDE	357,1	221,2	59,0
(-) Créditos CCC	64,1	67,0	77,0
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	14,4	(215,0)	(289,3)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	7.308,7	5.091,6	4.545,7

⁽¹⁾ Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais.

Abaixo, a Companhia apresenta seus indicadores de liquidez, que refletem a saúde financeira da Companhia e sua capacidade de honrar compromissos no curto prazo e médio prazo.

Indicadores de Endividamento e Liquidez	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total / Ativo total)	74,4%	69,9	71,1
Composição do Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	16,5%	26,7%	32,6%
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	1,90	1,53	1,20

Fonte: Demonstrações Financeiras Padronizadas da Companhia.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

2.1.b. Estrutura de capital

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem satisfatórios.

A seguir é apresentada a oscilação do indicador Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde (Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures, - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

Total de empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Dívida Líquida (a)	7.744,2	6.854,7	5.266,0
Patrimônio Líquido	3.932,6	4.259,9	3.761,1
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	66,3%	61,7%	58,3%

(a) Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades.

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e recentemente realizou acesso ao mercado de capitais. Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo.

2.1.c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia entendem que a dívida total está escalonada ao longo dos anos, refletindo o esforço empreendido pela Companhia no alongamento do perfil da sua dívida.

A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Endividamento/ Liquidez (R\$ milhões)	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
(=) Total das dívidas	7.744,2	6.797,3	5.380,1
(-) Disponibilidades financeiras + créditos setoriais	1.399,0	1.632,5	834,4
(=) Total dívidas líquidas deduzidas dos créditos setoriais	7.308,7	5.164,80	4.545,7
Liquidez Corrente	1,91	1,53	1,20
Liquidez Geral	1,89	1,43	1,41

2.1.d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A Companhia possui acesso aos mecanismos de financiamento do mercado de capitais tais como debêntures, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e notas promissórias.

2.1.e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria da Companhia esclarece que a Companhia busca financiamentos que aperfeiçoem o seu perfil de endividamento, como financiamentos por meio da Lei 4.131, debêntures, notas comerciais e cédulas de créditos bancários. Alternativamente, a Companhia também pode optar por se financiar mediante o aumento de seu capital social, mediante subscrição pública ou particular de ações de sua emissão.

Adicionalmente, a Companhia tem linhas de financiamentos pré-aprovadas e não utilizadas com bancos de primeira linha caso haja necessidade de algum capital de giro.

A contratação de qualquer endividamento deverá observar os aspectos abaixo, de acordo com a Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro do Grupo Energisa, divulgada no site de relação com investidores da Companhia:

- Aderência ao orçamento aprovado;
- Regimento interno da diretoria, que estabelece a competência dos executivos da Companhia para a contratação das operações;
- Aprovações específicas do conselho de administração;
- O limite de alavancagem será definido pelo indicador Dívida Total Líquida / EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses ("Limite de Endividamento Líquido"), conforme conceito descrito na mais recente emissão de dívida a mercado;
- *Rating* corporativo em escala global e em escala nacional;
- Prazo médio mínimo perseguido ("*duration*");
- Limite de concentração em credores;
- Buscar alavancagem máxima junto aos bancos de fomento e financiadores do mercado nacional, como Banco do Nordeste, Eletrobrás e BNDES, visando um melhor custo médio do capital de terceiros e um "*duration*" adequado às empresas que operam com infraestrutura de energia elétrica;
- Financiamentos diretos contratados com bancos comerciais e de investimentos deverão perseguir a maior pulverização (evitando concentração de exposição);
- Privilegiar operações sem garantias ("*clean*"), evitando principalmente a concessão de recebíveis em garantia;
- Não praticar contratações de garantias pessoais de executivos ou acionistas, visando a independência operacional e financeira das empresas;
- Outorga de garantia pela Companhia nas operações financeiras de suas subsidiárias;
- A busca de Instrumentos de acesso ao mercado financeiro nacional (debêntures, *commercial papers*, FIDCs), visando manter a presença da Companhia no mercado financeiro local. Deverão ser preservadas as estruturas de sucesso já desenvolvidas, como o FIDC Energisa, com prazos e custos cada vez mais atraentes;
- A adequação da estrutura de capital das unidades de negócio, de forma a aproximá-las da alavancagem regulatória; e
- A Limitação de exposição a moedas estrangeiras a 25% do montante total da dívida onerosa.
- A Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro ("PGRM" ou Política) da Companhia e suas controladas que passa por atualização periodicamente e se encontra em sua 14ª versão, aprovada pelo Conselho de Administração em maio de 2025.

2.1.f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i a iv. **Contratos de empréstimo e financiamento relevantes/ Outras relações de longo prazo com instituições financeiras/ Grau de subordinação entre as dívidas/ Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Posição em 31 de dezembro de 2025

Em dezembro de 2025, a dívida líquida totalizou R\$ 7.744,2 milhões, representando aumento de 50% em relação ao mesmo período de 2024.

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	509,0	1.112,4	1.422,7
Empréstimos e financiamentos	338,1	868,9	767,0
Debêntures	101,5	227,7	550,5
Encargos de dívidas	24,2	57,5	37,8
Benefícios pós emprego	1,8	2,9	5,2
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	43,3	(44,6)	62,2
Não Circulante	8.198,6	5.684,9	3.957,4
Empréstimos e financiamentos	2.211,7	2.417,4	2.717,9
Debêntures	5.997,1	3.381,1	1.354,9
Benefícios pós emprego	10,5	12,2	23,7
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(20,7)	(125,7)	(139,1)
Total das dívidas	8.707,6	6.797,3	5.380,1
(-) Disponibilidades financeiras	963,4	1.632,5	987,7
Total das dívidas líquidas	7.744,2	5.164,8	4.392,4
(-) Créditos CDE	357,1	221,2	59,0
(-) Créditos CCC	64,1	67,0	77,0
(-) Créditos CVA	14,4	(215,0)	(289,3)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	7.308,7	5.091,6	4.545,7
Dívida líquida/EBITDA Ajustado Covenants 12 meses (1)	3,3	2,3	1,8

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda nacional							
Pós fixado							
INPC	12.389	-	(1.408)	(622)	1.139	-	11.498
IPCA	508.917	197.500	(36.885)	(28.372)	51.330	-	692.490
CDI	697.527	-	(29.700)	(100.442)	98.828	-	666.213
TR	353.690	-	-	(30.337)	30.763	-	354.116
(-) Custos com captação	(2.870)	-	-	-	376	-	(2.494)
Total em moeda nacional	1.569.653	197.500	(67.993)	(159.773)	182.436	-	1.721.823
Moeda estrangeira							
Dólar	1.626.835	-	(569.541)	(101.440)	(105.978)	-	849.876
Euro	160.472	-	(148.843)	(764)	(10.865)	-	-
Marcação a mercado	(13.247)	-	-	-	-	15.661	2.414
Total em moeda estrangeira	1.774.060	-	(718.384)	(102.204)	(116.843)	15.661	852.290
Total	3.343.713	197.500	(786.377)	(261.977)	65.593	15.661	2.574.113
Circulante	926.357						362.374
Não circulante	2.417.356						2.211.739

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais são como segue:

Operação	Total		Encargos financeiros anuais	Encargos swap ponta passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) (1)	Taxa efetiva de swap (% a.a.) (2)	Garan- tias (3)	Cove- nants (4)
	2025	2024								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	354.116	353.690	TR + 7,00%	-	out/34	Mensal a partir de nov/29	8,97%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	296.237	328.116	CDI + 0,70%	-	abr/31	Mensal a partir de mai/21	15,02%	-	R	NA
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A	58.260	86.034	IPCA + 1,83% + 3,00%	-	out/27	Mensal a partir de abr/22	9,09%	-	A + R	1
BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B	229.530	219.438	IPCA + 1,83% + 3,00%	CDI + 0,02%	nov/34	Mensal a partir de nov/27	9,09%	14,34%	A + R	1
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	10.143	11.018	INPC IBGE	-	dez/31	Mensal a partir de jan/21	9,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.355	1.371	INPC IBGE	-	fev/38	Mensal a partir de abr/22	9,07%	-	A	NA
2ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	67.523	67.471	CDI + 1,20%	-	dez/27	Final	15,52%	-	A	1
SANTANDER - FRN - CCB Nº 1071684	302.453	301.940	CDI + 1,04%	-	dez/27	Final	15,36%	-	A	NA
BNDES - 23-2-0330-1	404.700	203.445	IPCA + 5,48% + 1,50%	-	dez/43	Mensal a partir de jul/25	11,24%	-	FB	1
(-) Custos com captação	(2.494)	(2.870)								
Total em moeda nacional	1.721.823	1.569.653								
Resolução 4131-Bank of America ML	-	160.472	EURO + 1,48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	1,99%	15,92%	A	1
Scotiabank Loan 09032023	248.387	279.530	USD + 5,36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-5,78%	15,89%	A	1
Merryl Lynch Loan 24032023	-	35.207	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-6,11%	15,87%	A	1
Safra Loan 157522	-	15.858	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-4,72%	15,92%	A	1
Safra Loan 157523	-	295.312	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	-4,72%	15,92%	A	1
BAML LOAN 17112023	-	152.667	USD + 5,95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-5,19%	15,85%	A	1
CITIBANK NCE - TRADE 65874	324.450	365.181	SOFR + 1,50%	CDI + 1,25%	jun/28	Final	-5,33%	15,57%	A	1
Scotiabank Loan 4131 30072024	277.039	311.874	USD + 5,03%	CDI + 1,40%	ago/27	Final	-6,11%	15,72%	A	1
J P MORGAN Loan 20092024	-	171.206	USD + 5,27%	CDI + 0,60%	jan/25	Final	-5,87%	14,92%	A	1
Marcação a mercado da dívida (5)	2.414	(13.247)								
Total em moeda estrangeira	852.290	1.774.060								
Total	2.574.113	3.343.713								

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 32.

(3) A = Aval Energisa S/A., R = Recebíveis e FB = Fiança Bancária.

(4) **Condições de covenants:** o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, conforme abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(1) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025, as exigências contratuais foram cumpridas.

(5) As operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de hedge de valor justo ou pela designação como *Fair Value Option* (vide nota explicativa nº 32).

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$44.840 (R\$42.666 em 2024), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo, conforme nota explicativa nº 5.2.

A Companhia tem como prática contábil alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Assembleia Geral Ordinária 2026



Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2025	2024
US\$ x R\$	-11,14%	27,90%
CDI	14,32%	10,88%
IPCA	4,26%	4,83%
Sofr	4,31%	5,31%
TR	1,97%	0,81%
Euro x R\$	0,51%	20,27%
INPC	3,90%	4,77%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	916.414
2028	276.692
2029	120.442
2030	184.868
Após 2030	713.323
Total	2.211.739

Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2024	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos apropriados	Marcação a mercado da dívida	Saldos em 2025
Moeda nacional								
Prefixado	-	360.000	-	(23.478)	29.023	-	-	365.545
Pós fixado								
CDI	1.620.530	800.000	(12.078)	(287.851)	326.717	-	-	2.447.318
IPCA	2.157.704	1.330.000	(184.848)	(128.881)	252.933	-	-	3.426.908
(-) Custos com captação	(47.521)	-	-	-	11.551	(72.620)	-	(108.590)
Marcação a mercado	(121.869)	-	-	-	-	-	89.262	(32.607)
Total	3.608.844	2.490.000	(196.926)	(440.210)	620.224	(72.620)	89.262	6.098.574
Circulante	227.713							101.497
Não circulante	3.381.131							5.997.077

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de títulos emitidos / circulação	Rendimentos (%a.a.)	Encargos swap Ponta Passiva (%a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2025	2024										
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.603	5.368	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,37%	14,82%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	-	181.212	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08%	-	set/25	Anual a partir de set/23	9,34%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.771	32.724	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	15,37%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	-	12.623	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	16,62%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	82.778	79.309	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	-	out/27	Final	8,49%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	96.323	92.286	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI - 1,54%	out/30	Anual a partir de out/28	8,73%	12,78%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	437.600	419.231	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,35%	15,12%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	193.111	185.005	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,42%	15,04%	A	2
Debêntures 15ª Emissão	112.254	107.541	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI +	abr/32	Anual a	10,54%	15,20%	A	2

Assembleia Geral Ordinária 2026



Operações	Total		Emissão	Nº de títulos emitidos / circulação	Rendimentos (%a.a.)	Encargos swap Ponta Passiva (%a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (%a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (%a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2025	2024										
2ª Série						0,880%		partir de abr/30				
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	23.165	22.150	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de abr/30	10,43%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	144.998	138.648	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de abr/30	10,71%	-	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão	444.631	425.967	07/02/2024	400.000 / 400.000	IPCA + 6.11%	CDI + 0,7275%	fev/31	Anual a partir de fev/30	10,37%	15,05%	A	2
Debêntures 18ª Emissão	474.380	470.927	15/04/2024	460.000 / 460.000	CDI + 0.75%	-	abr/29	Anual a partir de abr/30	15,07%	-	A	2
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	117.026	111.876	15/04/2024	107.759 / 107.759	IPCA + 6.16%	-	abr/31	Anual a partir de abr/30	10,42%	-	SG	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	143.686	137.360	15/04/2024	132.241 / 132.241	IPCA + 6.40%	-	abr/39	Anual a partir de fev/30	10,66%	-	SG	NA
Debêntures 20ª Emissão	122.102	120.421	04/09/2024	116.404 / 116.404	CDI + 0.80%	-	set/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 21ª Emissão Única	53.652	51.022	14/09/2024	50.000 / 50.000	IPCA + 6.44%	-	set/34	Final	10,70%	-	SG	NA
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	722.618	720.801	15/12/2024	718.000 / 718.000	CDI + 0.80%	-	dez/29	Final	15,12%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.702	263.034	15/12/2024	262.000 / 262.000	CDI + 0.95%	-	dez/31	Final	15,27%	-	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	209.633	200.729	15/12/2024	200.000 / 200.000	IPCA + 7.03%	CDI - 0,67%	dez/34	Final	11,29%	13,65%	A	2
Debêntures 23ª Emissão Série Única	831.745	-	25/03/2025	800.000 / 800.000	CDI + 0.75%	-	mar/30	Final	15,07%	-	A	2
Debêntures 24ª Emissão Série Única	365.545	-	15/05/2025	360.000 / 360.000	PRÉ + 13.70%	CDI - 0,16%	mai/32	Final	13,70%	14,16%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	565.540	-	15/09/2025	550.000 / 550.000	IPCA + 7.10%	CDI - 0,22%	set/35	Final	11,36%	14,10%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	462.523	-	15/09/2025	450.000 / 450.000	IPCA + 6.95%	CDI - 0,16%	set/40	Anual a partir de set/38	11,21%	14,16%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 1ª Série	200.644	-	15/10/2025	198.000 / 198.000	IPCA + 7.23%	CDI - 0,25%	out/35	Final	11,49%	14,07%	A	2
Debêntures 25ª Emissão 2ª Série	133.741	-	15/10/2025	132.000 / 132.000	IPCA + 7.11%	CDI - 0,19%	out/40	Anual a partir de out/38	11,37%	14,13%	A	2
(-) Custos com captação	(108.590)	(47.521)										
Marcação a mercado da dívida	(32.607)	(121.869)										
Total	6.098.574	3.608.844										

(1) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2025. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

(2) Os contratos possuem proteção de swap e são avaliados a valor justo, conforme demonstrados na nota explicativa nº 32;

(3) A = Aval Energisa S/A. e SG = Sem Garantia;

(4) **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pelo controlador Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
	(1) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(2) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para as demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 2025 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2025, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	147.490
2028	90.712
2029	1.536.512
2030	1.333.989
Após 2030	2.888.374
Total	5.997.077

Posição em 31 de dezembro de 2024

Em dezembro de 2024, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 5.091,6, 12% maior que o mesmo período de 2023.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos 3 exercícios:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	1.112,4	1.422,7	1.438,6
Empréstimos e financiamentos	868,9	767,0	771,8
Debêntures	227,7	550,5	457,7
Encargos de dívidas	57,5	37,8	26,8
Benefícios pós emprego	2,9	5,2	13,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(44,6)	62,2	168,7
Não Circulante	5.684,9	3.957,4	3.562,4
Empréstimos e financiamentos	2.417,4	2.717,9	2.137,6
Debêntures	3.381,1	1.354,9	1.579,1
Benefícios pós emprego	12,2	23,7	92,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(125,7)	(139,1)	(246,4)
Total das dívidas	6.797,3	5.380,1	5.001,0
(-) Disponibilidades financeiras	1.632,5	987,7	772,5
Total das dívidas líquidas	5.164,8	4.392,4	4.228,5
(-) Créditos CDE	221,2	59,0	91,6
(-) Créditos CCC	67,0	77,0	84,0
(-) Créditos CVA	(215,0)	(289,3)	(97,4)
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	5.091,6	4.545,7	4.150,4
Dívida líquida/EBITDA Ajustado Covenants 12 meses (1)	2,3	1,8	1,8

(1) EBITDA Ajustado Covenants = EBITDA Convencional mais receita de acréscimos moratórios dos consumidores de energia elétrica.

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2023	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2024
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	13.066	-	(1.271)	(657)	1.251	-	-	12.389
IPCA	320.392	197.500	(29.668)	(23.846)	44.539	-	-	508.917
CDI	861.014	367.200	(531.960)	(104.278)	105.551	-	-	697.527
TR	353.542	-	-	(25.491)	25.639	-	-	353.690
(-) Custo com captação	(3.060)	-	-	-	2.506	(2.316)	-	(2.870)

Assembleia Geral Ordinária 2026



- (6) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (7) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (8) A = Aval Energisa S.A., R= Recebíveis, F = Finança Bancária
- (9) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	(2) Menor ou igual a: 4,25 até o vencimento	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas;

- (10) Os contratos em moeda estrangeira possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 32); e

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimento (%) a.a.	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2024	2023										
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	-	105.646	15/06/2017	73494 / 73494	IPC A + 5.66	102,65 CDI	jun/24	Final	10,49	11,17	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	-	2.746	15/10/2017	1965 / 1965	IPC A + 4.71	101,60 CDI	out/24	Final	9,54	11,05	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.368	5.114	15/10/2017	3657 / 3657	IPC A + 5.11	103,50 CDI	out/27	Final	9,94	11,26	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	181.212	345.233	15/09/2018	385000 / 385000	IPC A + 5.08	103,70 CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,91	11,28	A	1
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	-	118.220	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73	-	jun/24	Final	11,61	10,88	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.724	32.705	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	11,93	10,88	A	1
Debêntures 12ª Emissão	12.623	266.555	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	13,18	10,88	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	79.309	75.564	15/10/2020	60100 / 60100	IPC A + 4.23	CDI + 0,835	out/27	Final	9,06	11,72	A	2
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	92.286	87.928	15/10/2020	69900 / 69900	IPC A + 4.47	CDI - 1,54	out/30	Anual a partir de out/28	9,3	9,34	A	2
Debêntures 14ª Emissão	419.231	399.410	15/10/2021	350000 / 350000	IPC A + 6.09	CDI + 0,705	out/31	Anual a partir de out/29	10,92	11,59	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	185.005	176.257	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPC A + 6.16	CDI + 0,717	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,99	11,6	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	107.541	102.456	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPC A + 6.28	CDI + 0,880	abr/32	Anual a partir de abr/30	11,11	11,76	A	2
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	22.150	20.873	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPC A + 6.17	-	set/30	Anual a partir de abr/30	11	10,88	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	138.648	130.593	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPC A + 6.45	-	set/33	Anual a partir de abr/30	11,28	10,88	SG	NA
Debêntures 17ª Emissão	425.967	-	07/02/2024	400.000 /	IPC A +	CDI + 0,7275	fev/31	Anual a partir de	10,94	11,61	A	2

Assembleia Geral Ordinária 2026



Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimento (% a.a.)	Encargos Swap Pontual Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Encargos Swap Pontual Passiva (% a.a.)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2024	2023										
Debêntures 18ª Emissão	470.927	-	15/04/2024	400.000 460.000 /	6.11 CDI +	-	abr/29	fev/30 Anual a partir de abr/30	11,63	10,88	A	NA
Debêntures 19ª Emissão 1ª Série	111.876	-	15/04/2024	107.759 /	IPC A + 6.16	-	abr/31	Anual a partir de abr/30	10,99	-	SG	NA
Debêntures 19ª Emissão 2ª Série	137.360	-	15/04/2024	132.241 /	IPC A + 6.40	-	abr/39	Anual a partir de fev/30	11,23	-	SG	2
Debêntures 20ª Emissão	120.421	-	04/09/2024	116.404 /	CDI + 0.80	-	set/29	Final	11,68	10,88	A	2
Debêntures 21ª Emissão Única	51.022	-	14/09/2024	50.000 / 50.000	IPC A + 6.44	-	set/34	Final	11,27	10,88	SG	2
Debêntures 22ª Emissão 1ª Série	720.801	-	15/12/2024	718.000 /	CDI + 0.80	-	dez/29	Final	11,68	10,88	A	2
Debêntures 22ª Emissão 2ª Série	263.034	-	15/12/2024	262.000 /	CDI + 0.95	-	dez/31	Final	11,83	10,88	A	2
Debêntures 22ª Emissão 3ª Série	200.729	-	15/12/2024	200.000 /	IPC A + 7.03	CDI - 0,67	dez/34	Final	11,86	10,21	A	2
(-) Custo com captação	(47.521)	(23.803)										
Marcação à Mercado de Dívida	(121.869)	59.938										
Total	3.608.844	1.905.435										

(1) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 32).

(12) Em 14 de junho de 2024, efetuamos a liquidação antecipada junto ao Banco Citibank N.A no valor de R\$327.309.

(13) Em 26 de dezembro de 2024, efetuamos a liquidação antecipada junto ao Banco Bradesco no valor de R\$535.392.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R\$42.666 (R\$42.874 em 2023), registrado na rubrica "Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados" no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2024	2023
US\$ x R\$	27,90%	-7,21%
CDI	10,88%	13,15%
IPCA	4,83%	4,62%
TR	0,81%	2,39%
Euro	20,27%	-3,91%
INPC	4,77%	3,71%
Sofr	5,31%	5,55%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2026	368.513
2027	944.147
2028	277.357
2029	102.470
Após 2029	724.869
Total	2.417.356

Debêntures

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

- (5) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2024. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (6) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício demonstrados na nota explicativa nº 32.
- (7) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia.
- (8) Condições de covenants.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(3) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(4) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2024 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2024, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2024
2027	145.948
2028	90.468
2029	1.524.703
Após 2029	1.620.012
Total	3.381.131

Assembleia Geral Ordinária 2026



A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento a seguir:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de swap (% a.a.) ⁽²⁾	Garantias ⁽³⁾	Covenants ⁽⁴⁾
	2023	2022								
FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.542	354.193	TR + 7.00%	-	out/34	A partir de nov/29 a.m.	9,39%	-	R	NA
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	360.251	389.032	CDI + 0.70%	-	abr/31	A partir de mai/21 a.m.	13,85%	-	R	NA
Santander FRN 4133870 ¹	-	66.738	CDI + 0.95%	-	fev/23	A partir de fev/22 semestral	14,10%	-	A	NA
BNDES - 20.2.0494- 1 SUBCREDITO A	111.084	133.595	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00%	-	out/27	A partir de abr/22 a.m.	9,45%	-	A + R	2
BNDES - 20.2.0494- 1 SUBCREDITO B	209.308	199.863	IPCA + 1.83% a.a. + 3.00%	CDI + 0,02%	dez/34	A partir de nov/27 a.m.	9,45%	13,17%	A + R	2
ENERGISAPREV - MIGRAÇÃO - Plano Energisa CD	11.690	12.260	INPC + 5.46%	-	out/29	A partir de jan/21 a.m.	9,17%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	-	62	INPC + 5.45%	-	dez/31	A partir de jan/21 a.m.	8,36%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Cemat BD I	-	185	INPC + 5.47%	-	nov/33	A partir de jan/21 a.m.	8,38%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Risco	1.376	1.381	INPC + 5.17%	-	fev/38	A partir de abr/22 a.m.	3,71%	-	A	NA
ENERGISAPREV - Equac. de Déficit - Plano Cemat BD I	-	79	INPC + 5.01%	-	fev/35	A partir de abr/22 a.m.	7,92%	-	A	NA
EMT X 1ª EMISSÃO NOTA COMERCIAL SÉRIE ÚNICA ⁽⁴⁾	500.763	-	CDI + 1,80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
(-) Custo com captação	(3.060)	(1.091)								
Total em Moeda Nacional	1.544.954	1.156.297								
Resolução 4131- Bank of America ML ⁽⁵⁾	133.427	138.858	EURO + 1.48%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-2,43%	14,75%	A	2
SCOTIABANK - LOAN 4131 - 11062021 ⁽⁵⁾	113.500	122.334	USD + 1.21%	CDI + 1,65%	jun/24	Final	-6,00%	14,80%	A	2
J P MORGAN Loan ⁽⁵⁾	286.265	308.579	USD + 3.04%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-4,17%	14,70%	A	2
Citibank Loan 56416 ⁽⁵⁾	-	61.001	LIBOR + 0.60%	CDI + 0,65%	fev/23	Final	-1,06%	13,80%	A	2
Citibank Loan 60976 ⁽⁵⁾	101.819	109.092	SOFR + 1.00%	CDI + 1,40%	mar/24	Final	-0,66%	14,55%	A	2
Santander Loan ccb1044407 ⁽⁵⁾	-	92.549	USD + 2.68%	CDI + 1,60%	fev/23	Final	-4,53%	14,75%	A	2
Merryl Lynch Loan 12062020 ⁽⁴⁾	-	240.352	USD + 1.70%	CDI + 1,50%	set/23	Final	-5,51%	14,65%	A	2
Merryl Lynch Loan 12062020 ⁽⁵⁾	-	105.020	LIBOR + 1.18%	CDI + 1,63%	ago/23	Final	-0,48%	14,78%	A	2
Scotiabank Loan 13102022 ⁽⁵⁾	241.016	259.843	USD + 5,25%	CDI + 1,40%	out/25	Final	-1,96%	14,55%	A	2
JP Morgan 10112022 ⁽⁵⁾	-	157.843	USD + 6,41%	CDI + 1,30%	nov/23	Final	-0,80%	14,45%	A	2
Merryl Lynch Loan 01122022 ⁽⁵⁾	186.563	201.068	USD + 5,67%	CDI + 1,45%	dez/24	Final	-1,54%	14,60%	A	2
Citibank Loan 62778 ⁽⁵⁾	293.478	-	SOFR +0,80%	CDI + 1,50%	jan/26	Final	-0,86%	14,65%	A	2
Scotiabank Loan 09032023 ⁽⁵⁾	218.469	-	USD + 5,36%	CDI + 1,57%	mar/26	Final	-1,85%	14,72%	A	2
Merryl Lynch Loan 24032023 ⁽⁵⁾	27.525	-	USD + 5,03%	CDI + 1,55%	mar/25	Final	-2,18%	14,75%	A	2
Safra Loan 157495 ⁽⁵⁾	15.404	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/24	Final	-0,79%	14,75%	A	2

Assembleia Geral Ordinária 2026



Safra Loan 157497 ⁽⁵⁾	13.030	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/24	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157522 ⁽⁵⁾	11.535	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	fev/25	Final	-0,79%	14,75%	A	2
Safra Loan 157523 ⁽⁵⁾	214.812	-	USD + 6,42%	CDI + 1,60%	ago/25	Final	-0,79%	14,75%	A	2
BAML LOAN 17112023 ⁽⁵⁾	119.382	-	USD + 5,95%	CDI + 1,53%	nov/25	Final	-1,26%	14,68%	A	2
Marcação à Mercado de Dívida ⁽⁶⁾	1.452	(16.628)								
Total em Moeda Estrangeira	1.977.677	1.779.911								
Total	3.522.631	2.936.208								

Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captaçã o	Pagamento de Principal	Pagament o de Juros	Encargos, atualizaçã o monetária e Custos	Custos Apropria dos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado – pós fixado								
CDI	689.768	-	(257.118)	(89.177)	74.007	-	-	417.480
IPCA	1.408.457	150.000	(168.654)	(77.603)	139.620	-	-	1.451.820
(-) Custo com captação	(24.132)	-	-	-	4.967	(4.638)	-	(23.803)
Marcação a mercado	(37.263)	-	-	-	-	-	97.201	59.938
Total ao custo amortizado	2.036.830	150.000	(425.772)	(166.780)	218.594	(4.638)	97.201	1.905.435
Circulante	457.714							550.517
Não circulante	1.579.116							1.354.918

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Venci- mento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) (1)	Garantias (2)	Covenants (3)
	2023	2022										
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	105.646	101.015	15/06/2017	73494 / 73494	IPCA + 5.66%	102,65% CD	jun/24	Final	10,28%	13,50%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.746	2.625	15/10/2017	1965 / 1965	IPCA + 4.71%	101,60% CDI	out/24	Final	9,33%	13,36%	SG	NA
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	5.114	4.890	15/10/2017	3657 / 3657	IPCA + 5.11%	103,50% CDI	out/27	Final	9,73%	13,61%	SG	NA
Debêntures 9ª Emissão	345.233	495.207	15/09/2018	385000 / 385000	IPCA + 5.08%	103,70% CDI	set/25	Anual a partir de set/23	9,70%	13,64%	A	1
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.220	118.386	10/06/2019	117500 / 117500	CDI + 0.73%	-	jun/24	Final	13,88%	-	A	1
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.705	32.751	10/06/2019	32500 / 32500	CDI + 1.05%	-	jun/29	Anual a partir de jun/27	14,20%	-	A	1
Debêntures 11ª Emissão	-	136.912	15/02/2020	130000 / 130000	CDI + 0.95%	-	fev/23	Final	14,10%	-	A	1
Debêntures 12ª Emissão	266.555	401.719	25/08/2020	381354 / 381354	CDI + 2.30%	-	ago/25	Anual a partir de ago/23	15,45%	-	A	2
Debêntures 13ª Emissão 1ª	75.564	72.247	15/10/2020	60100 / 60100	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	A	2

Série												
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	87.928	84.069	15/10/2020	69900 / 69900	IPCA + 4.47%	CDI + 1,78%	out/30	Anual a partir de out/28	9,09%	14,93%	A	2
Debêntures 14ª Emissão	399.410	381.905	15/10/2021	350000 / 350000	IPCA + 6.09%	CDI + 0,705%	out/31	Anual a partir de out/29	10,71%	13,86%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 1ª Série	176.257	168.533	15/04/2022	164.437 / 164.437	IPCA + 6.16%	CDI + 0,717%	abr/29	Anual a partir de abr/27	10,78%	13,87%	A	2
Debêntures 15ª Emissão 2ª Série	102.456	97.966	15/04/2022	95.563 / 95.563	IPCA + 6.28%	CDI + 0,880%	abr/32	Anual a partir de abr/30	10,90%	14,03%	A	2
Debêntures 16ª Emissão 1ª Série	20.873	-	13/09/2023	20.677 / 20.677	IPCA + 6.17%	-	set/30	Anual a partir de abr/30	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 16ª Emissão 2ª Série	130.593	-	13/09/2023	129.323 / 129.323	IPCA + 6.45%	-	set/33	Anual a partir de abr/30	11,07%	-	SG	NA
(-) Custo com captação	(23.803)	(24.132)										
Marcação à Mercado à de Dívida	59.938	(37.263)										
Total	1.905.435	2.036.830										

(9) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32.

(10) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia.

(11) Condições de covenants.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
	(5) Menor ou igual a:	
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (*)	4,0x até o vencimento, para emissões até março de 2020	Trimestral e Anual
	(6) Menor ou igual a:	
	4,25x até o vencimento, para demais emissões	

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 32). Em 31 de dezembro de 2023 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	298.997
2027	149.653
2028	98.704
Após 2028	807.564
Total	1.354.918

2.1.g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não aplicável.

2.1.h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em R\$ mil	2025	AV %	2024	AV %	AH %
Receita operacional líquida	8.982.129,0	+ 100,0	8.214.479,0	+ 100,0	+ 9,3
Custo do serviço de energia elétrica	(3.954.637,0)	- 44,0	(3.679.490,0)	- 44,8	+ 7,5
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(2.711.184,0)	- 30,2	(2.246.139,0)	- 27,3	+ 20,7
Lucro bruto	2.316.308,0	+ 25,8	2.288.850,0	+ 27,9	+ 1,2
Despesas gerais e administrativas	(441.134,0)	- 4,9	(447.867,0)	- 5,5	- 1,5
Outras receitas	11.119,0	+ 0,1	4.497,0	+ 0,1	+ 147,3
Outras despesas	(171.330,0)	- 1,9	(118.784,0)	- 1,4	+ 44,2
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	1.714.963,0	+ 19,1	1.726.696,0	+ 21,0	- 0,7
Receitas financeiras	458.933,0	+ 5,1	353.469,0	+ 4,3	+ 29,8
Despesas financeiras	(1.195.021,0)	- 13,3	(863.145,0)	- 10,5	+ 38,4
Despesas financeiras líquidas	(736.088,0)	- 8,2	(509.676,0)	- 6,2	+ 44,4
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	978.875,0	+ 10,9	1.217.020,0	+ 14,8	- 19,6
Imposto de renda e contribuição social corrente	(164.485,0)	- 1,8	51.438,0	+ 0,6	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	56.889,0	+ 0,6	(180.376,0)	- 2,2	-
Lucro líquido do exercício	871.279,0	+ 9,7	1.088.082,0	+ 13,2	- 19,9

Foram determinantes para esse desempenho:

Receita operacional líquida

Em 2025, a receita líquida foi de R\$ 8.982,1 milhões, representando um aumento de 9,3% em relação aos R\$ 8.214,4 milhões registrados em 2024. Esse aumento é explicado principalmente pelo crescimento da disponibilidade do sistema elétrico (+30,5%), da receita de construção de infraestrutura (+34,0%), do aumento dos ativos e passivos financeiros setoriais (+172,6%) e das subvenções vinculadas aos serviços concedidos (+39,2%)

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.954,6 milhões em 2025, contra R\$ 3.679,5 milhões em 2024, representando aumento de 7,5%, sem destaques.

Custos e despesas controláveis

Os custos e despesas controláveis apresentou redução de 4,2%. Destaque para a redução de contingências (-52,4%), além da menor despesa com serviços de terceiros (-2,0%).

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2025 caiu 19,9%, atingindo R\$ 871,3 milhões, contra R\$ 1.088,1 milhões em 2024, em consequência da maior receita em relação aos custos operacionais.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Comparação das contas patrimoniais R\$ mil

	2025	AV %	2024	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	152.720,0	+ 1,0	97.844,0	+ 0,7	+ 56,1
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	765.860,0	+ 5,0	1.491.997,0	+ 10,5	- 48,7
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.269.563,0	+ 8,2	1.288.337,0	+ 9,1	- 1,5
Títulos de créditos a receber	320,0	+ 0,0	343,0	+ 0,0	- 6,7
Estoques	33.943,0	+ 0,2	28.255,0	+ 0,2	+ 20,1
Tributos a recuperar	470.835,0	+ 3,1	500.558,0	+ 3,5	- 5,9
Instrumentos financeiros derivativos	42.294,0	+ 0,3	153.159,0	+ 1,1	- 72,4
Ativos financeiros setoriais	345.387,0	+ 2,2	86.116,0	+ 0,6	+ 301,1
Outros créditos	529.830,0	+ 3,4	400.793,0	+ 2,8	+ 32,2
Total do circulante	3.610.752,0	+ 23,5	4.047.402,0	+ 28,6	- 10,8
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	44.840,0	+ 0,3	42.666,0	+ 0,3	+ 5,1
Consumidores e concessionárias	119.165,0	+ 0,8	157.795,0	+ 1,1	- 24,5
Títulos de créditos a receber	6.076,0	+ 0,0	7.129,0	+ 0,1	- 14,8
Tributos a recuperar	600.088,0	+ 3,9	631.046,0	+ 4,5	- 4,9
Créditos tributários	-	+ 0,0	-	+ 0,0	-
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	131.805,0	+ 0,9	246.355,0	+ 1,7	- 46,5
Ativos financeiros setoriais	127.386,0	+ 0,8	48.718,0	+ 0,3	+ 161,5
Ativo financeiro indenizável da concessão	8.236.715,0	+ 53,5	6.851.531,0	+ 48,4	+ 20,2
Depósitos judiciais	95.571,0	+ 0,6	86.718,0	+ 0,6	+ 10,2
Outros créditos	158.823,0	+ 1,0	152.126,0	+ 1,1	+ 4,4
	9.520.469,0	+ 61,9	8.224.084,0	+ 58,1	+ 15,8
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	1.281.637,0	+ 8,3	730.962,0	+ 5,2	+ 75,3
Investimentos	6.261,0	+ 0,0	6.258,0	+ 0,0	+ 0,0
Imobilizado	63.677,0	+ 0,4	53.071,0	+ 0,4	+ 20,0
Intangível	908.050,0	+ 5,9	1.103.211,0	+ 7,8	- 17,7
Total do não circulante	11.780.094,0	+ 76,5	10.117.586,0	+ 71,4	+ 16,4
Total do ativo	15.390.846,0	+ 100,0	14.164.988,0	+ 100,0	+ 8,7

	2025	AV %	2024	AV %	AH %
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	668.544,0	+ 4,3	561.889,0	+ 4,0	+ 19,0
Encargos de dívidas	24.248,0	+ 0,2	57.479,0	+ 0,4	- 57,8
Empréstimos e financiamentos	338.126,0	+ 2,2	868.878,0	+ 6,1	- 61,1
Debêntures	101.497,0	+ 0,7	227.713,0	+ 1,6	- 55,4
Impostos e contribuições sociais	62.333,0	+ 0,4	158.293,0	+ 1,1	- 60,6
Dividendos	1.315,0	+ 0,0	1.516,0	+ 0,0	- 13,3
Obrigações estimadas	33.208,0	+ 0,2	31.694,0	+ 0,2	+ 4,8
Contribuição de iluminação pública	37.856,0	+ 0,2	34.545,0	+ 0,2	+ 9,6
Encargos setoriais	126.945,0	+ 0,8	112.537,0	+ 0,8	+ 12,8
Incorporação de redes	22.703,0	+ 0,1	18.350,0	+ 0,1	+ 23,7
Passivos financeiros setoriais	146.796,0	+ 1,0	160.377,0	+ 1,1	- 8,5
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	85.603,0	+ 0,6	108.561,0	+ 0,8	- 21,1
Benefícios pós-emprego	1.847,0	+ 0,0	2.900,0	+ 0,0	- 36,3
Arrendamentos Operacionais	2.908,0	+ 0,0	2.922,0	+ 0,0	- 0,5
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	133.980,0	+ 0,9	185.616,0	+ 1,3	- 27,8
Outros passivos	101.295,0	+ 0,7	113.896,0	+ 0,8	- 11,1
Total do circulante	1.889.204,0	+ 12,3	2.647.166,0	+ 18,7	- 28,6
Não circulante					
Fornecedores	42.287,0	+ 0,3	40.873,0	+ 0,3	+ 3,5
Empréstimos e financiamentos	2.211.739,0	+ 14,4	2.417.356,0	+ 17,1	- 8,5
Debêntures	5.997.077,0	+ 39,0	3.381.131,0	+ 23,9	+ 77,4
Impostos e contribuições sociais	3.240,0	+ 0,0	2.519,0	+ 0,0	+ 28,6
Impostos e contribuições sociais diferidos	459.029,0	+ 3,0	514.060,0	+ 3,6	- 10,7
Passivos financeiros setoriais	311.595,0	+ 2,0	189.469,0	+ 1,3	+ 64,5
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	111.110,0	+ 0,7	120.659,0	+ 0,9	- 7,9
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	39.222,0	+ 0,3	45.779,0	+ 0,3	- 14,3
Encargos setoriais	49.364,0	+ 0,3	43.871,0	+ 0,3	+ 12,5

Assembleia Geral Ordinária 2026



Incorporação de redes	-	+ 0,0	-	+ 0,0	-
Benefícios pós-emprego	10.503,0	+ 0,1	12.153,0	+ 0,1	- 13,6
Arrendamentos Operacionais	7.167,0	+ 0,0	5.558,0	+ 0,0	+ 28,9
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	197.088,0	+ 1,3	389.016,0	+ 2,7	- 49,3
Outros passivos	129.621,0	+ 0,8	95.500,0	+ 0,7	+ 35,7
Total do não circulante	9.569.042,0	+ 62,2	7.257.944,0	+ 51,2	+ 31,8
Patrimônio líquido					
Capital social	1.680.454,0	+ 10,9	1.677.113,0	+ 11,8	+ 0,2
Custo com emissão de ações	21.815,0	+ 0,1	23.434,0	+ 0,2	- 6,9
Reserva de capital	2.010.361,0	+ 13,1	1.977.404,0	+ 14,0	+ 1,7
Reserva de lucros	166.874,0	+ 1,1	525.461,0	+ 3,7	- 68,2
Dividendos adicionais propostos	13.207,0	+ 0,1	19.971,0	+ 0,1	- 33,9
Outros resultados abrangentes	39.889,0	+ 0,3	36.495,0	+ 0,3	+ 9,3
Total do patrimônio líquido	3.932.600,0	+ 25,6	4.259.878,0	+ 30,1	- 7,7
Total do passivo e patrimônio líquido	15.390.846,0	+ 100,0	14.164.988,0	+ 100,0	+ 8,7

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em R\$ mil	2024	AV %	2023	AV %	AH %
Receita operacional líquida	8.214.479	+ 100,0	7.565.255	+ 100,0	+ 8,6
Custo do serviço de energia elétrica	(3.679.490)	- 44,8	(3.189.176)	- 42,2	+ 15,4
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(2.246.139)	- 27,3	(1.793.266)	- 23,7	+ 25,3
Lucro bruto	2.288.850	+ 27,9	2.582.813	+ 34,1	- 11,4
Despesas gerais e administrativas	(447.867)	- 5,5	(347.335)	- 4,6	+ 28,9
Outras receitas	4.497	+ 0,1	10.858	+ 0,1	- 58,6
Outras despesas	(118.784)	- 1,4	(86.238)	- 1,1	+ 37,7
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	1.726.696	+ 21,0	2.160.098	+ 28,6	- 20,1
Receitas financeiras	353.469	+ 4,3	328.529	+ 4,3	+ 7,6
Despesas financeiras	(863.145)	- 10,5	(816.813)	- 10,8	+ 5,7
Despesas financeiras líquidas	(509.676)	- 6,2	(488.284)	- 6,5	+ 4,4
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.217.020	+ 14,8	1.671.814	+ 22,1	- 27,2
Imposto de renda e contribuição social corrente	51.438	+ 0,6	(169.811)	- 2,2	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(180.376)	- 2,2	(122.959)	- 1,6	+ 46,7
Lucro líquido do exercício	1.088.082	+ 13,2	1.379.044	+ 18,2	- 21,1

Foram determinantes para esse desempenho:

Receita operacional líquida

Em 2024, a receita líquida foi de R\$ 8.214,5 milhões, representando um aumento de 8,6% em relação aos R\$ 7.565,3 milhões registrados em 2023. Esse aumento foi impulsionado, principalmente pelo reajuste tarifário, o crescimento do consumo de energia, e o impacto positivo da receita de construção de infraestrutura, que teve um crescimento de 39,6%.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.679,5 milhões em 2024, contra R\$ 3.189,2 milhões em 2023, representando aumento de 15,4%, sem destaques.

Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros

As despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego aumentaram 13,5%, motivado, principalmente, por maiores despesas capitalizadas e o aumento da folha de pessoal, devido a reajustes salariais e aumento do quadro de empregados. As despesas com materiais cresceram 20,8%, principalmente pelo aumento com combustíveis, lubrificantes e materiais de manutenção da frota.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2024 mostrou queda de 21,1%, atingindo R\$ 1.088,1 milhões, contra R\$ 1.379,0 milhões em 2023, em consequência da maior receita em relação aos custos operacionais.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2024 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 509,7 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 488,3 milhões em 2023, aumento 4,4%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 1.088,1 em 2024, contra R\$ 1.379,0 milhões registrados em 2023, queda de 21,1%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Comparação das contas patrimoniais R\$ mil

	2024	AV %	2023	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	97.844	+ 0,7	162.215	+ 1,2	- 39,7
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.491.997	+ 10,5	782.649	+ 6,0	+ 90,6
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.288.337	+ 9,1	1.584.939	+ 12,2	- 18,7
Títulos de créditos a receber	343	+ 0,0	343	+ 0,0	-
Estoques	28.255	+ 0,2	23.102	+ 0,2	+ 22,3
Tributos a recuperar	500.558	+ 3,5	675.137	+ 5,2	- 25,9
Instrumentos financeiros derivativos	153.159	+ 1,1	79.061	+ 0,6	+ 93,7
Ativos financeiros setoriais	86.116	+ 0,6	-	+ 0,0	-
Outros créditos	400.793	+ 2,8	297.408	+ 2,3	+ 34,8
Total do circulante	4.047.402	+ 28,6	3.604.854	+ 27,7	+ 12,3
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	42.666	+ 0,3	42.874	+ 0,3	- 0,5
Consumidores e concessionárias	157.795	+ 1,1	1.111.774	+ 8,5	- 85,8
Títulos de créditos a receber	7.129	+ 0,1	7.330	+ 0,1	- 2,7
Tributos a recuperar	631.046	+ 4,5	540.035	+ 4,2	+ 16,9
Instrumentos financeiros derivativos	246.355	+ 1,7	170.260	+ 1,3	+ 44,7
Ativos financeiros setoriais	48.718	+ 0,3	-	+ 0,0	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	6.851.531	+ 48,4	5.557.646	+ 42,7	+ 23,3
Depósitos judiciais	86.718	+ 0,6	48.609	+ 0,4	+ 78,4
Outros créditos	152.126	+ 1,1	79.612	+ 0,6	+ 91,1
	8.224.084	+ 58,1	7.558.140	+ 58,1	+ 8,8
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	730.962	+ 5,2	609.565	+ 4,7	+ 19,9
Investimentos	6.258	+ 0,0	6.258	+ 0,0	-
Imobilizado	53.071	+ 0,4	44.126	+ 0,3	+ 20,3
Intangível	1.103.211	+ 7,8	1.188.076	+ 9,1	- 7,1
Total do não circulante	10.117.586	+ 71,4	9.406.165	+ 72,3	+ 7,6
Total do ativo	14.164.988	+100,0	13.011.019	+ 100,0	+ 8,9
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	561.889	+ 4,0	572.875	+ 4,4	- 1,9
Encargos de dívidas	57.479	+ 0,4	37.814	+ 0,3	+ 52,0
Empréstimos e financiamentos	868.878	+ 6,1	766.950	+ 5,9	+ 13,3
Debêntures	227.713	+ 1,6	550.517	+ 4,2	- 58,6
Impostos e contribuições sociais	158.293	+ 1,1	203.672	+ 1,6	- 22,3
Dividendos	1.516	+ 0,0	1.774	+ 0,0	- 14,5
Obrigações estimadas	31.694	+ 0,2	23.781	+ 0,2	+ 33,3
Contribuição de iluminação pública	34.545	+ 0,2	38.670	+ 0,3	- 10,7
Encargos setoriais	112.537	+ 0,8	157.282	+ 1,2	- 28,4
Incorporação de redes	18.350	+ 0,1	27.970	+ 0,2	- 34,4
Passivos financeiros setoriais	160.377	+ 1,1	263.970	+ 2,0	- 39,2
Instrumentos financeiros derivativos	108.561	+ 0,8	141.254	+ 1,1	- 23,1
Benefícios pós-emprego	2.900	+ 0,0	5.244	+ 0,0	- 44,7
Arrendamentos Operacionais	2.922	+ 0,0	261	+ 0,0	+ 1.019,5
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	185.616	+ 1,3	129.560	+ 1,0	+ 43,3
Outros passivos	113.896	+ 0,8	92.598	+ 0,7	+ 23,0
Total do circulante	2.647.166	+ 18,7	3.014.192	+ 23,2	- 12,2
Não circulante					
Fornecedores	40.873	+ 0,3	35.948	+ 0,3	+ 13,7
Empréstimos e financiamentos	2.417.356	+ 17,1	2.717.867	+ 20,9	- 11,1
Debêntures	3.381.131	+ 23,9	1.354.918	+ 10,4	+ 149,5

Assembleia Geral Ordinária 2026



Impostos e contribuições sociais	2.519	+ 0,0	871.783	+ 6,7	- 99,7
Impostos e contribuições sociais diferidos	514.060	+ 3,6	327.301	+ 2,5	+ 57,1
Passivos financeiros setoriais	189.469	+ 1,3	25.321	+ 0,2	+ 648,3
Instrumentos financeiros derivativos	120.659	+ 0,9	31.162	+ 0,2	+ 287,2
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	45.779	+ 0,3	66.089	+ 0,5	- 30,7
Encargos setoriais	43.871	+ 0,3	28.965	+ 0,2	+ 51,5
Benefícios pós-emprego	12.153	+ 0,1	23.689	+ 0,2	- 48,7
Arrendamentos Operacionais	5.558	+ 0,0	1.673	+ 0,0	+ 232,2
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	389.016	+ 2,7	670.867	+ 5,2	- 42,0
Outros passivos	95.500	+ 0,7	80.132	+ 0,6	+ 19,2
Total do não circulante	7.257.944	+ 51,2	6.235.715	+ 47,9	+ 16,4
Patrimônio líquido					
Capital social	1.677.113	+ 11,8	1.677.113	+ 12,9	-
Custo com emissão de ações	23.434	+ 0,2	23.641	+ 0,2	- 0,9
Reserva de capital	1.977.404	+ 14,0	1.691.436	+ 13,0	+ 16,9
Reserva de lucros	525.461	+ 3,7	316.348	+ 2,4	+ 66,1
Dividendos adicionais propostos	19.971	+ 0,1	28.469	+ 0,2	- 29,9
Outros resultados abrangentes	36.495	+ 0,3	24.105	+ 0,2	+ 51,4
Total do patrimônio líquido	4.259.878	+ 30,1	3.761.112	+ 28,9	+ 13,3
Total do passivo e patrimônio líquido	14.164.988	+ 100	13.011.019	+ 100	+ 8,9

Comparação dos Resultados Operacionais nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em R\$ mil	2023	AV %	2022	AV %	AH %
Receita operacional líquida	7.565.255	+ 100,0	7.131.856	+ 100,0	+ 6,1
Custo do serviço de energia elétrica	(3.189.176)	- 42,2	(3.183.967)	- 44,6	+ 0,2
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	(1.793.266)	- 23,7	(1.705.489)	- 23,9	+ 5,1
Lucro bruto	2.582.813	+ 34,1	2.242.400	+ 31,4	+ 15,2
Despesas gerais e administrativas	(347.335)	- 4,6	(319.396)	- 4,5	+ 8,7
Outras receitas	10.858	+ 0,1	14.930	+ 0,2	- 27,3
Outras despesas	(86.238)	- 1,1	(59.462)	- 0,8	+ 45,0
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e impostos	2.160.098	+ 28,6	1.878.472	+ 26,3	+ 15,0
Receitas financeiras	328.529	+ 4,3	344.594	+ 4,8	- 4,7
Despesas financeiras	(816.813)	- 10,8	(822.089)	- 11,5	- 0,6
Despesas financeiras líquidas	(488.284)	- 6,5	(477.495)	- 6,7	+ 2,3
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.671.814	+ 22,1	1.400.977	+ 19,6	+ 19,3
Imposto de renda e contribuição social corrente	(169.811)	- 2,2	(196.607)	- 2,8	- 13,6
Imposto de renda e contribuição social diferido	(122.959)	- 1,6	(13.666)	- 0,2	+ 799,7
Lucro líquido do exercício	1.379.044	+ 18,2	1.190.704	+ 16,7	+ 15,8

Foram determinantes para esse desempenho:

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida do ano está influenciada pela atualização financeira do VNR no valor positivo de R\$ 313,1 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, em 2023, foi de R\$ 6.891,1 milhões, 5,2% (R\$ 361,1 milhões) maior do que o mesmo período de 2022.

Custo do Serviço de Energia Elétrica

O custo do serviço de energia elétrica foi de R\$ 3.189,2 em 2023, contra R\$ 3.184,0 milhões em 2022, representando aumento de 0,2%, sem destaques.

Custo de operação e dos serviços prestados a terceiros

Os custos com operações e serviços prestados a terceiros aumentaram 5,1%, passando de R\$ 1.705,5 milhões em 2022 para R\$ 1.793,3 milhões em 2023. Esse aumento foi impulsionado pelo novo patamar de PMSO imposto pela Resolução 1000 da Aneel, que visa atender aos requisitos de qualidade da rede e atendimento.

Resultado Bruto

O resultado bruto consolidado em 2023 mostrou aumento de 15,2%, atingindo R\$ 2.582,8 milhões, contra R\$ 2.242,4 milhões em 2022, em consequência da maior receita em relação aos custos operacionais.

Resultado Financeiro (receitas menos despesas financeiras)

O resultado financeiro em 2023 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 488,3 milhões, contra uma despesa financeira líquida de R\$ 477,5 milhões em 2022, aumento 2,3%.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 1.379,0 em 2023, contra R\$ 1.190,7 milhões registrados no ano anterior, crescimento de 15,8%, em decorrência dos fatores já mencionados.

Análise da Estrutura Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Comparação das contas patrimoniais R\$ mil

	2023	AV %	2022	AV %	AH %
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	162.215	+ 1,2	154.900	+ 1,3	+ 4,7
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	782.649	+ 6,0	575.742	+ 4,9	+ 35,9
Clientes, consumidores, concessionárias e outros	1.584.939	+ 12,2	1.270.661	+ 10,8	+ 24,7
Títulos de créditos a receber	343	+ 0,0	882	+ 0,0	- 61,1
Estoques	23.102	+ 0,2	23.555	+ 0,2	- 1,9
Tributos a recuperar	675.137	+ 5,2	487.142	+ 4,1	+ 38,6
Instrumentos financeiros derivativos	79.061	+ 0,6	26.066	+ 0,2	+ 203,3
Ativos financeiros setoriais	-	+ 0,0	179.614	+ 1,5	-
Outros créditos	297.408	+ 2,3	299.110	+ 2,5	- 0,6
Total do circulante	3.604.854	+ 27,7	3.017.672	+ 25,6	+ 19,5
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	42.874	+ 0,3	41.847	+ 0,4	+ 2,5
Consumidores e concessionárias	1.111.774	+ 8,5	798.881	+ 6,8	+ 39,2
Títulos de créditos a receber	7.330	+ 0,1	7.220	+ 0,1	+ 1,5
Tributos a recuperar	540.035	+ 4,2	970.226	+ 8,2	- 44,3
Créditos tributários	-	+ 0,0	-	+ 0,0	-
Instrumentos financeiros derivativos	170.260	+ 1,3	250.212	+ 2,1	- 32,0
Ativos financeiros setoriais	-	+ 0,0	144.718	+ 1,2	-
Ativo financeiro indenizável da concessão	5.557.646	+ 42,7	4.825.060	+ 40,9	+ 15,2
Depósitos judiciais	48.609	+ 0,4	57.679	+ 0,5	- 15,7
Outros créditos	79.612	+ 0,6	83.704	+ 0,7	- 4,9
	7.558.140	+ 58,1	7.179.547	+ 60,8	+ 5,3
Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	609.565	+ 4,7	223.191	+ 1,9	+ 173,1
Investimentos	6.258	+ 0,0	6.258	+ 0,1	-
Imobilizado	44.126	+ 0,3	41.298	+ 0,3	+ 6,8
Intangível	1.188.076	+ 9,1	1.339.407	+ 11,3	- 11,3
Total do não circulante	9.406.165	+ 72,3	8.789.701	+ 74,4	+ 7,0
Total do ativo	13.011.019	+ 100,0	11.807.373	+ 100,0	+ 10,2
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	572.875	+ 4,4	435.698	+ 3,7	+ 31,5
Encargos de dívidas	37.814	+ 0,3	26.799	+ 0,5	+ 41,1
Empréstimos e financiamentos	766.950	+ 5,9	771.805	+ 13,1	- 0,6
Debêntures	550.517	+ 4,2	457.714	+ 7,8	+ 20,3
Impostos e contribuições sociais	203.672	+ 1,6	151.438	+ 2,6	+ 34,5
Dividendos	1.774	+ 0,0	1.376	+ 0,0	+ 28,9
Obrigações estimadas	23.781	+ 0,2	20.364	+ 0,3	+ 16,8
Contribuição de iluminação pública	38.670	+ 0,3	30.555	+ 0,5	+ 26,6
Encargos setoriais	157.282	+ 1,2	107.542	+ 1,8	+ 46,3
Incorporação de redes	27.970	+ 0,2	65.862	+ 1,1	- 57,5
Passivos financeiros setoriais	263.970	+ 2,0	348.665	+ 5,9	- 24,3
Instrumentos financeiros derivativos	141.254	+ 1,1	194.739	+ 3,3	- 27,5
Benefícios pós-emprego	5.244	+ 0,0	13.614	+ 0,2	- 61,5
Arrendamentos Operacionais	261	+ 0,0	622	+ 0,0	- 58,0
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	129.560	+ 1,0	-	+ 0,0	-
Outros passivos	92.598	+ 0,7	98.612	+ 1,7	- 6,1

Total do circulante	3.014.192	+ 23,2	2.725.405	+ 46,2	+ 10,6
Não circulante					
Fornecedores	35.948	+ 0,3	34.118	+ 0,6	+ 5,4
Empréstimos e financiamentos	2.717.867	+ 20,9	2.137.604	+ 36,2	+ 27,1
Debêntures	1.354.918	+ 10,4	1.579.116	+ 26,7	- 14,2
Impostos e contribuições sociais	871.783	+ 6,7	572.229	+ 9,7	+ 52,3
Impostos e contribuições sociais diferidos	327.301	+ 2,5	173.852	+ 2,9	+ 88,3
Passivos financeiros setoriais	25.321	+ 0,2	73.042	+ 1,2	- 65,3
Instrumentos financeiros derivativos	31.162	+ 0,2	3.777	+ 0,1	+ 725,0
Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	66.089	+ 0,5	78.261	+ 1,3	- 15,6
Encargos setoriais	28.965	+ 0,2	25.748	+ 0,4	+ 12,5
Benefícios pós-emprego	23.689	+ 0,2	92.132	+ 1,6	- 74,3
Arrendamentos Operacionais	1.673	+ 0,0	1.926	+ 0,0	- 13,1
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	670.867	+ 5,2	1.130.620	+ 19,2	- 40,7
Outros passivos	80.132	+ 0,6	80.350	+ 1,4	- 0,3
Total do não circulante	6.235.715	+ 47,9	5.982.775	+ 101,3	+ 4,2
Patrimônio líquido					
Capital social	1.677.113	+ 12,9	1.677.113	+ 28,4	-
Custo com emissão de ações	23.641	+ 0,2	22.786	+ 0,4	+ 3,8
Reserva de capital	1.691.436	+ 13,0	1.030.452	+ 17,5	+ 64,1
Reserva de lucros	316.348	+ 2,4	366.689	+ 6,2	- 13,7
Dividendos adicionais propostos	28.469	+ 0,2	37.235	+ 0,6	- 23,5
Outros resultados abrangentes	24.105	+ 0,2	(35.082)	- 0,6	-
Total do patrimônio líquido	3.761.112	+ 28,9	3.099.193	+ 52,5	+ 21,4
Total do passivo e patrimônio líquido	13.011.019	+ 100,0	11.807.373	+ 100,0	+ 10,2

2.2.a. Resultados das operações do emissor, em especial:

2.2.a.i e 2.2.a.ii: Descrição de quaisquer componentes importantes da receita/ Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2025

A Companhia apresentou receita operacional líquida ajustada de R\$ 6.916,4 milhões contra R\$ 6.606,0 milhões registrados em 2024, aumento de 4,7%.

Receita líquida por classe de consumo Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2025	2024	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.343,7	7.997,4	- 8,2
(+) Suprimento de energia elétrica	62,5	58,7	+ 6,4
(+) Fornecimento não faturado líquido	2,9	(66,1)	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	1.577,7	1.208,5	+ 30,5
(+) Receita de construção de infraestrutura	1.757,8	1.311,4	+ 34,0
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	630,3	231,2	+ 172,6
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	976,7	701,4	+ 39,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	307,9	297,0	+ 3,7
(+) Outras receitas	7,8	11,8	- 34,2
(=) Receita bruta	12.667,1	11.751,3	+ 7,8
(-) Impostos sobre vendas	(2.413,9)	(2.401,4)	+ 0,5
(-) Encargos setoriais	(1.271,2)	(1.135,4)	+ 12,0
(=) Receita líquida combinada	8.982,1	8.214,5	+ 9,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(307,9)	(297,0)	+ 3,7
(-) Receita de construção de infraestrutura	(1.757,8)	(1.311,4)	+ 34,0
(=) Receita operacional líquida ajustada	6.916,4	6.606,0	+ 4,7
(-) Custos e despesas não controláveis	(3.954,6)	(3.679,5)	+ 7,5
(-) Energia elétrica comprada para revenda	(3.095,4)	(3.051,1)	+ 1,5
(-) Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	(859,3)	(628,4)	+ 36,7
(=) Margem bruta ajustada	2.961,7	2.926,6	+ 1,2
(+) Provisão de efeitos de geração distribuída	-	131,6	-
(=) Margem bruta ajustada e recorrente	2.961,7	3.058,1	- 3,2

A Receita Operacional Líquida em 2025 alcançou R\$ 8.982,1 milhões, um crescimento de 9,3% em relação a 2024. Impulsionada principalmente pelo aumento da disponibilidade do sistema elétrico, pela maior constituição de ativos e passivos financeiros setoriais e pelo crescimento das subvenções vinculadas aos serviços concedidos

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2025	2024	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	3.954,6	3.679,5	+ 7,5
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	3.095,4	3.051,1	+ 1,5
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	859,3	628,4	+ 36,7
2 Custos e despesas controláveis	1.010,3	1.054,9	- 4,2
2.1 PMSO	805,2	812,4	- 0,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	342,0	331,5	+ 3,2
2.1.3 Material	59,9	61,7	- 2,9
2.1.4 Serviços de terceiros	361,7	368,9	- 2,0
2.1.5 Outras	41,6	50,3	- 17,4
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,2	1,0	- 81,2
✓ Outros	41,4	49,3	- 16,1
2.2 Provisões/Reversões	205,1	242,5	- 15,4
2.2.1 Contingências	32,9	69,3	- 52,4
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	172,2	173,2	- 0,6
3 Demais receitas/despesas	544,4	442,0	+ 23,2
3.1 Amortização e depreciação	384,2	327,7	+ 17,2
3.2 Outras receitas/despesas	160,2	114,3	+ 40,2
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	5.509,3	5.176,4	+ 6,4
Custo de construção de infraestrutura (*)	1.757,8	1.311,4	+ 34,0
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	7.267,2	6.487,8	+ 12,0

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2025	2024	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	871,3	1.088,1	- 19,9	(216,8)
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(260,9)	(251,7)	+ 3,7	(9,2)
(=) Lucro líquido ajustado	610,3	836,3	- 27,0	(226,0)
(+/-) Efeitos não recorrentes e extraordinários	194,9	(28,3)	-	223,2
Provisão de efeitos de geração distribuída	-	111,5	-	(111,5)
Juros Selic sobre indébitos tributários	-	(139,8)	-	139,8
Baixa Créditos Tributários	194,9	-	-	194,9
(=) Lucro líquido ajustado recorrente	805,3	808,1	- 0,3	(2,8)

Em 2024

Em 2024, a Companhia apresentou receita operacional líquida, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 6.903,1 milhões contra R\$ 6.625,9 milhões registrados em 2023, aumento de 4,2%.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Exercício		
	2024	2023	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.997,4	7.959,3	+ 0,5
✓ Residencial	3.995,3	3.819,7	+ 4,6
✓ Industrial	466,8	587,1	- 20,5
✓ Comercial	1.330,3	1.409,6	- 5,6
✓ Rural	1.311,3	1.290,2	+ 1,6
✓ Outras classes	893,7	852,8	+ 4,8
(+) Suprimento de energia elétrica	58,7	44,0	+ 33,3
(+) Fornecimento não faturado líquido	(66,1)	96,4	-
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	1.208,5	1.002,5	+ 20,6
(+) Receita de construção de infraestrutura	1.311,4	939,3	+ 39,6
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	231,2	140,3	+ 64,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	701,4	500,7	+ 40,1
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	297,0	313,1	- 5,1
(+) Outras receitas	11,8	7,6	+ 55,4
(=) Receita operacional bruta	11.751,3	11.003,2	+ 6,8
(-) Impostos sobre vendas	2.401,4	2.281,6	+ 5,3
(-) Encargos setoriais	1.135,4	1.156,4	- 1,8
(=) Receita operacional líquida	8.214,5	7.565,3	+ 8,6
(-) Receita de construção de infraestrutura	1.311,4	939,3	+ 39,6
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	6.903,1	6.625,9	+ 4,2

A Receita Operacional Líquida em 2024 alcançou R\$ 8.214,5 milhões, um crescimento de 8,6% em relação a 2023. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelo crescimento nas receitas do mercado cativo residencial (+4,6%) e outras classes (+4,8%), além do aumento significativo na receita de construção de infraestrutura (+39,6%) e nas subvenções vinculadas aos serviços concedidos (+40,1%). No entanto, houve queda nas receitas do setor industrial (-20,5%) e comercial (-5,6%), e uma redução na receita de ativo financeiro indenizável da concessão (-5,1%).

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 6.487,8 milhões em 2024, aumento de 20,0% (R\$ 1.082,6 milhões), quando comparado com o ano de 2023.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2024	2023	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	3.679,5	3.189,2	+ 15,4
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	3.051,1	2.615,4	+ 16,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	628,4	573,8	+ 9,5
2 Custos e despesas controláveis	1.054,9	922,8	+ 14,3
2.1 PMSO	812,4	772,9	+ 5,1
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	331,5	292,2	+ 13,5
2.1.3 Material	61,7	51,1	+ 20,8
2.1.4 Serviços de terceiros	368,9	376,1	- 1,9
2.1.5 Outras	50,3	53,6	- 6,1
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	1,0	9,9	- 89,9
✓ Outros	49,3	43,7	+ 13,0
2.2 Provisões/Reversões	242,5	149,9	+ 61,8
2.2.1 Contingências	69,3	26,7	+ 159,4
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	173,2	123,2	+ 40,7
3 Demais receitas/despesas	442,0	353,9	+ 24,9
3.1 Amortização e depreciação	327,7	278,5	+ 17,7
3.2 Outras receitas/despesas	114,3	75,4	+ 51,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	5.176,4	4.465,8	+ 15,9
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	1.311,4	939,3	+ 39,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	6.487,8	5.405,2	+ 20,0

^(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2024	2023	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	1.088,1	1.379,0	- 21,1	(291,0)
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	251,7	265,3	- 5,1	(13,6)
(=) Lucro líquido ajustado	836,3	1.113,7	- 24,9	(277,4)

Em 2023

Em 2023, a Companhia apresentou receita operacional líquida, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 6.625,9 milhões contra R\$ 6.181,2 milhões registrados em 2022, aumento de 7,2%.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Exercício		
	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	7.959,3	7.030,4	+ 13,2
✓ Residencial	3.819,7	3.273,0	+ 16,7
✓ Industrial	587,1	555,1	+ 5,8
✓ Comercial	1.409,6	1.330,3	+ 6,0
✓ Rural	1.290,2	1.104,7	+ 16,8
✓ Outras classes	852,8	767,3	+ 11,1
(+) Suprimento de energia elétrica	44,0	132,5	- 66,8
(+) Fornecimento não faturado líquido	96,4	92,6	+ 4,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	1.002,5	910,5	+ 10,1
(+) Receita de construção de infraestrutura	939,3	950,7	- 1,2
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	140,3	388,1	- 63,8
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	500,7	446,0	+ 12,3
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	313,1	240,8	+ 30,0
(+) Outras receitas	7,6	(6,5)	-
(=) Receita operacional bruta	11.003,2	10.184,9	+ 8,0
(-) Impostos sobre vendas	2.281,6	2.073,4	+ 10,0
(-) Encargos setoriais	1.156,4	979,6	+ 18,0
(=) Receita operacional líquida	7.565,3	7.131,9	+ 6,1
(-) Receita de construção de infraestrutura	939,3	950,7	- 1,2
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	6.625,9	6.181,2	+ 7,2

Em 2023, a receita operacional líquida apresentou um crescimento de 6,1% em relação a 2022, atingindo R\$ 7.565,3 milhões. Esse aumento foi impulsionado principalmente pela receita de energia elétrica no mercado cativo, que cresceu 13,2%, destacando-se os segmentos residencial (16,7%), rural (16,8%) e outras classes (11,1%). Além disso, a receita proveniente da disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) teve um aumento de 10,1%, e as subvenções vinculadas aos serviços concedidos cresceram 12,3%. Por outro lado, o suprimento de energia elétrica registrou uma queda de 66,8%, enquanto os ativos e passivos financeiros setoriais apresentaram uma diminuição de 63,8%.

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 5.405,2 milhões em 2023, aumento de 2,9% (R\$ 152,0 milhões), quando comparado com o ano de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	3.189,2	3.184,0	+ 0,2
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	2.615,4	2.665,5	- 1,9
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	573,8	518,5	+ 10,7
2 Custos e despesas controláveis	922,8	832,1	+ 10,9
2.1 PMSO	772,9	650,2	+ 18,9
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	292,2	227,9	+ 28,2
2.1.3 Material	51,1	59,9	- 14,8
2.1.4 Serviços de terceiros	376,1	306,7	+ 22,6
2.1.5 Outras	53,6	55,5	- 3,6
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	9,9	14,8	- 33,2
✓ Outros	43,7	40,7	+ 7,3
2.2 Provisões/Reversões	149,9	182,0	- 17,6
2.2.1 Contingências	26,7	28,5	- 6,1
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	123,2	153,5	- 19,8
3 Demais receitas/despesas	353,9	286,6	+ 23,5
3.1 Amortização e depreciação	278,5	242,1	+ 15,1
3.2 Outras receitas/despesas	75,4	44,5	+ 69,3
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	4.465,8	4.302,7	+ 3,8
Custo de construção de infraestrutura (*)	939,3	950,7	- 1,2
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	5.405,2	5.253,4	+ 2,9

(*) Os custos de construção de infraestrutura estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício			
	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) Lucro líquido do período	1.379,0	1.190,7	+ 15,8	188,3
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	265,3	204,1	+ 30,0	61,3
(=) Lucro líquido ajustado	1.113,7	986,6	+ 12,9	127,1

2.2.b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

As Tarifas de Energia Elétrica são fixadas pela ANEEL para cada concessionária de energia conforme características específicas de cada área de concessão (território geográfico onde cada empresa é contratualmente obrigada a fornecer energia elétrica), refletindo peculiaridades de cada região, como número de consumidores, quilômetros de rede e tamanho do mercado (quantidade de energia atendida por uma determinada infraestrutura), custo da energia comprada, tributos estaduais e outros.

Conforme contrato de concessão da EMT, o Poder Concedente procederá, a cada 5 anos, as revisões dos valores das tarifas de comercialização de energia, alterando-as para mais ou para menos, de forma a assegurar a adequada prestação dos serviços concedidos e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Para este fim, o Poder Concedente deve considerar as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Os índices de reajuste aprovados constam da tabela abaixo:

Efeito para o Consumidor (%)			Início da Vigência	Atualização Monetária – eventos de reajustes	Processo Revisional
Baixa Tensão	Alta e Média Tensão	Médio			
+0,34	+5,42	+1,79	08/04/2025	IGP-M	Reajuste Anual

2.2.c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Variações no IPCA afetam os contratos de compra de energia e alteram o resultado operacional. Além disso, variações nas taxas de juros afetam o resultado financeiro.

CDI e TJLP: Parcela considerável às quais as dívidas da Companhia estão indexadas. Na hipótese de elevação das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia também aumentarão, afetando negativamente sua capacidade de pagamento. Algumas das dívidas são indexadas a moedas estrangeiras, especificamente, o Dólar Americano e o Euro. Existem instrumentos financeiros derivativos para proteção das variações nos fluxos de caixa dos pagamentos.

Os contratos de fornecimento de energia comprada para revenda pelas distribuidoras estão indexados a índices de preços e são reajustados anualmente. Os serviços contratados de terceiros têm seus preços reajustados nas negociações em função do aumento dos preços dos insumos utilizados em nosso atendimento, tais como: mão-de-obra, equipamentos, material sobressalente, combustível, alimentação, entre outros. Parte do custo com pessoal varia em função do índice de inflação, em virtude dos dissídios salariais.

Resultado Financeiro Consolidado Valores em R\$ milhões	Exercício				
	2025	2024	Var. % 25 x 24	2023	Var. % 24 x 23
Resultado Financeiro Consolidado	(736,1)	(509,7)	+ 44,4	(488,3)	+ 4,4

O resultado financeiro (despesa) foi de R\$ 736,1 milhões, representando um aumento de 44,4% em relação aos R\$ 509,7 milhões em 2024.

2.3. Os diretores devem comentar:

2.3.a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1. e 2.2.

Em 2025

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"
Resolução CVM nº 199/2024 - NBC TG 09 e CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não são efetivos para o exercício, conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

Em 2024

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não são efetivos para o exercício, conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor.

A Companhia aplicará a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027 de forma retrospectiva e atualmente está trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras.

Em 2023

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3.b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório dos auditores independentes relativo às informações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 não contém ressalvas e ênfases. Nele, entretanto, há assuntos de auditoria julgados significativos para julgamento profissional. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, como um todo e na formação da opinião dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os diretores da Companhia consideram que estes assuntos foram solucionados nas referidas informações financeiras.

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2.4.a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

2.4.b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em dezembro de 2025, o Grupo Energisa aprovou uma reorganização societária com o objetivo de simplificar a estrutura societária e aumentar a eficiência operacional. Dentre as principais movimentações, destaca-se o envolvimento da Energisa Mato Grosso: (i) a incorporação da Rede Power pela Rede Energia. Aumento de capital social da Rede Energia mediante a contribuição, pela Energisa Participações Minoritárias, de ações da Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia

2.4.c. Eventos ou operações não usuais

Não aplicável.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

2.5.a. Informar o valor das medições não contábeis

Descrição R\$ milhões	Exercício findo em		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
EBITDA (Em R\$ milhões)	2.099,1	2.054,4	2.438,6
EBITDA ajustado (Em milhões) ^(a)	2.235,5	1.757,4	2.125,5
Margem EBITDA	23,4%	25,0	32,2
Margem EBITDA ajustado	24,9%	21,4	28,1

^(a) EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

2.5.b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Descrição R\$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	871,3	1.088,1	1.379,0
(-) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	107,6	(169,8)	(292,7)
(-) Resultado financeiro	736,1	(488,3)	(488,3)
(-) Amortização e depreciação	384,2	327,7	(278,5)
EBITDA	2.099,1	2.054,4	2.438,6
(+) Receitas de acréscimos moratórios ⁽¹⁾	136,4	134,8	127,8
EBITDA ajustado	2.235,5	2.189,2	2.566,4
Margem EBITDA ajustado (%)	24,9	21,4	28,1
Margem líquida (%) ⁽²⁾	9,7	13,2	18,2

(1) Receitas de acréscimos moratórios referem-se a penalidades e juros pagos pelo consumidor pelo atraso no pagamento da conta de energia.

(2) A margem líquida é calculada pelo lucro líquido dividido pela receita líquida.

2.5.c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é utilizado como uma medida de desempenho da Companhia e a administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com a Resolução CVM 156, o EBITDA é a abreviação em língua inglesa do LAJIDA, que por sua vez pode ser definido como lucro líquido do exercício, acrescido pelo resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, e das despesas e custos de depreciação e amortização. Já o EBITDA Ajustado é uma métrica mais adequada para o serviço de energia elétrica do país, pois este inclui as receitas dos encargos moratórios cobrados dos consumidores, fato corriqueiro entre os consumidores residenciais. Em adição, faz-se a exclusão dos efeitos do resultado de operações descontinuadas de forma a se analisar o EBITDA Ajustado como métrica para a geração de caixa das atividades recorrentes da Companhia.

A margem EBITDA e a margem EBITDA Ajustado são métricas de rentabilidade operacional apresentadas como uma porcentagem da receita líquida de suas vendas. Ela é calculada através da divisão do lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) ou do EBITDA Ajustado, conforme o caso, pela receita líquida de uma companhia. Podemos dizer que o resultado de margem desse indicador pode fornecer uma visão acerca da lucratividade operacional do seu negócio. O cálculo dessa margem permite ao mercado comparar e contrastar empresas de diferentes tamanhos e modos de operar dentro de uma mesma indústria. Esse indicador implica estimar o quanto resultado operacional é gerado por cada real de receita arrecadado com as vendas. O EBITDA, a margem do EBITDA, o EBITDA Ajustado, a margem do EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos, como substitutos do lucro líquido, como indicadores do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez. Não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. O EBITDA, a Margem do EBITDA, o EBITDA Ajustado, a Margem do EBITDA Ajustado são indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado de empresas sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e outros impactos contábeis sem reflexo direto no fluxo de caixa da empresa.

EBITDA ajustado recorrente reflete os expurgos dos efeitos não recorrentes e não Caixa no EBITDA do período.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Bandeiras tarifárias

A ANEEL definiu para as distribuidoras de energia elétrica, a aplicação da Bandeira Verde a ser aplicada para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2026, resultado de análises do cenário hidrológico do país.

Emissão de debêntures

Em 20 de fevereiro de 2026, a Companhia efetuou a 27ª emissão de debêntures, em série única, no montante de R\$ 370.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2045 e remuneração de IPCA mais 7,47% ao ano. Os recursos foram destinados ao financiamento futuro dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica de titularidade da Emissora.

Em 10 de março de 2026, a Companhia efetuou a 28ª emissão de debêntures incentivadas no montante de R\$ 1.000.000 em duas séries, sendo (i) 1ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2036 e remuneração de IPCA + 6,67% a.a.; (ii) a 2ª série com vencimento em 15 de fevereiro de 2041 e remuneração de IPCA + 6,55% a.a..

Dividendos do exercício de 2025

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2026, aprovou a distribuição de dividendos à conta do lucro do exercício de 2025, no montante de R\$166.874, equivalentes a R\$0,76 (reais) por ação ordinária do capital social. Os pagamentos serão efetuados no dia 10 de abril de 2026, com base na posição acionária da Companhia em 17 de março de 2026, respeitadas as negociações deste dia, inclusive.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

2.7.a. Regras sobre retenção de lucros;

2.7.b. Regras sobre distribuição de dividendos;

2.7.c. Periodicidade das distribuições de dividendos;

2.7.d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais; e

2.7.e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar o órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

Respondido conforme tabela a seguir:

	Exercício social encerrado em 31/12/2025
Regras sobre retenção de lucros	Após a constituição da reserva legal, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, os lucros excedentes aos dividendos pagos, conforme regra de distribuição descrita abaixo, são retidos com base em orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, para, principalmente, reinvestimento e quitação de financiamentos.
Valores das retenções de lucros	No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou apenas a retenção de R\$1.105.797,41 ou seja, 0,1269% do lucro líquido, uma vez que a Companhia atingiu o limite previsto Lei das S/A 6.404 artigo 193 na qual menciona que sobre o resultado do exercício serão aplicados 5%, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do Capital Social. Além da reserva legal, houve a retenção de lucro referente a reserva de incentivos fiscais no montante de R\$113.376.048,91 conforme Lei nº11.638/07 e Lei nº11.941/09.

Percentuais em relação aos lucros totais declarados	13,14% (referente ao lucro do exercício de 2025)
Regras sobre distribuição de dividendos	A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, as ações preferenciais da Companhia farão jus ao recebimento de dividendos não cumulativos, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias.
Periodicidade das distribuições de dividendos	Os dividendos são pagos entre a data da publicação das demonstrações financeiras e em até 60 dias após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia.
Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável à Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei nº 6.404/76, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
Se a Companhia possui política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia está sujeita à Política de Destinação de Resultados (Dividendos) da ESA, a qual engloba todo o Grupo Energisa e foi aprovada na reunião do Conselho de Administração da ESA realizada em 25 de outubro de 2023. A referida política está disponível para consulta no link https://ri.energisa.com.br/governanca/corporativa/politicas-e-codigos

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

2.8.a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos;
- a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos;
- a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços;
- a.iv. contratos de construção não terminada; e
- a.v. contratos de recebimentos futuros de Financiamentos.

Não aplicável, tendo em vista que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023 (*off balance sheet*).

2.8.b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

2.9.a como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

2.9.b natureza e o propósito da operação; e

2.9.c natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Conforme mencionado no item 2.8.a. acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Descrição Valores em R\$ milhões	Exercício		
	2025	2024	Var. %
Ativo elétrico	1.747,8	1.400,1	+ 24,8
Obrigações especiais (*)	43,3	69,2	- 37,5
Ativo não elétrico	80,0	49,7	+ 60,9
Total dos investimentos	1.871,0	1.519,0	+ 23,2

(*) As "Obrigações especiais" são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a base de remuneração regulatória da distribuidora.

Para 2026, a Energisa Mato Grosso estima investir R\$ 2.176,1 milhões assim distribuídos:

Ativos Elétricos	Ativos Não-Elétricos	Ativos Próprios Total	Obrigações Especiais (CDE, CCC, Participação Financeira do Consumidor e P&D/PEE)	Total
1.501,2	79,3	2.015,3	160,8	2.176,1

Os valores acima foram estimados pela Administração Companhia e englobam os ativos elétricos e não elétricos próprios, assim como obrigações especiais, especialmente dos segmentos de distribuição e transmissão, tendo como foco: (i) o programa de universalização de energia elétrica; (ii) o atendimento de novas cargas e expansão das redes elétricas; (iii) a manutenção e substituição de ativos das redes elétricas; (iv) a melhoria da qualidade na prestação de serviços de distribuição; (v) o combate ao furto de energia; e (vi) o aperfeiçoamento de processos internos e de informática.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento de bancos comerciais, BNDES e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais. Os investimentos da Companhia foram realizados com as fontes de financiamento descritas nos itens 2.1(d) e 2.1(e) acima. Para os investimentos a serem realizados no futuro, a Companhia pretende utilizar as fontes de financiamento descritas no item 2.1(d).

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que não estão previstos desinvestimentos.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a sua capacidade produtiva nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para Desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2025, a Companhia investiu R\$ 6,8 milhões em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

(iii) Projetos em Desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no Desenvolvimento de novos Produtos ou serviços

Não aplicável.

d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Energisa mantém atuação estruturada em iniciativas socioculturais e ambientais, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável nas regiões onde opera. Essa atuação está inserida na Estratégia de Sustentabilidade da Companhia, desenhada em 2022, que reflete uma trajetória centenária construída de forma orgânica e organizada em três causas prioritárias — Ação pelo Clima, Transformação Energética e Mobilidade Social. A estratégia é desdobrada em cinco objetivos e nove compromissos públicos, por meio dos quais a Companhia também contribui de forma ativa para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

No âmbito social e cultural, a Energisa apoia projetos voltados à valorização das identidades regionais, à preservação da memória local e ao fortalecimento da economia criativa, alinhando seus investimentos à agenda ASG e à promoção da diversidade cultural.

Em 2025, a Energisa Mato Grosso destinou aproximadamente R\$ 6,0 milhões a iniciativas de impacto socioambiental, abrangendo programas nas áreas de educação, cultura e esporte. Esses investimentos contribuem para o fortalecimento do capital social nas comunidades atendidas, ampliando a inclusão, estimulando práticas sustentáveis e consolidando a atuação responsável da Companhia em suas áreas de concessão, em linha com seus compromissos públicos de longo prazo.

Eficiência energética

O Grupo Energisa mantém compromisso permanente com eficiência energética e sustentabilidade, integrando essas frentes à sua estratégia operacional e regulatória. Em 2025, a Energisa Mato Grosso destinou mais de R\$ 19 milhões ao Programa de Eficiência Energética (PEE), reforçando sua atuação na racionalização do consumo e na promoção de soluções energeticamente mais eficientes em sua área de concessão.

Entre as iniciativas desenvolvidas, destaca-se o projeto Nossa Energia, voltado à educação para o consumo consciente e à substituição de equipamentos ineficientes em comunidades atendidas pela Companhia. No período, foram substituídas 102 mil lâmpadas LED, 254 geladeiras e 4.229 ventiladores, contribuindo para a redução do consumo de energia e para o alívio do orçamento das famílias beneficiadas.

As iniciativas implementadas no âmbito do PEE geram benefícios socioambientais mensuráveis ao promover o uso eficiente da energia, reduzir desperdícios e ampliar o acesso a tecnologias mais sustentáveis, em linha com os compromissos de sustentabilidade da Companhia e com a criação de valor de longo prazo para a sociedade.

Iniciativas socioculturais

No âmbito sociocultural, o Grupo Energisa desenvolve iniciativas alinhadas à agenda ASG, com foco na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento das economias locais nas regiões onde atua. A Companhia apoia manifestações culturais autênticas, incentiva a preservação da memória e fomenta a economia criativa, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, inclusive em biomas sensíveis e territórios de maior vulnerabilidade socioambiental.

A implementação dessas iniciativas ocorre por meio de suas organizações sociais, com destaque para o Instituto Energisa, que atua como braço estruturado de investimento social privado do Grupo. O Instituto tem como propósito potencializar o desenvolvimento dos territórios por meio de projetos educacionais, culturais, sociais e esportivos, promovendo impacto positivo e geração de valor compartilhado.

No segmento cultural, o Instituto Energisa promove ações voltadas ao estímulo das expressões artísticas locais, por meio de programação multilinguagem e inclusiva, fortalecendo cadeias produtivas da cultura e ampliando o acesso da população a bens e serviços culturais.

Complementarmente, o Programa Energisa Cultural, lançado em 2022, apoia projetos culturais em diferentes estados do país, por meio de mecanismos de incentivo fiscal. O Programa opera com fluxo contínuo de inscrição e compõe o portfólio estruturado de investimentos culturais do Grupo, em linha com sua estratégia de sustentabilidade e compromisso de longo prazo com o desenvolvimento regional.

Sustentabilidade na cadeia de fornecedores

Em 2025, a Energisa concentrou seus esforços em sustentabilidade na gestão da cadeia de fornecedores, reforçando o compromisso com as práticas ambientais, sociais e de governança (ASG) e reconhecendo a responsabilidade compartilhada quanto à adoção de padrões sustentáveis por seus parceiros.

Nesse contexto, teve continuidade o Programa Sinergisa, voltado ao desenvolvimento dos fornecedores do Grupo Energisa. A iniciativa contempla avaliações de gestão e a disseminação de práticas e referenciais reconhecidos internacionalmente, com o objetivo de aprimorar os padrões de materiais e serviços contratados. Além de contribuir para a mitigação de riscos na cadeia de suprimentos, o programa estimula a evolução contínua dos processos e da governança dos parceiros.

A Companhia mantém monitoramento sistemático de seus fornecedores, incentivando a adoção de melhorias estruturais em seus processos produtivos, em conformidade com os princípios ASG, a Política de Sustentabilidade e o Código de Ética do Grupo Energisa, priorizando relações comerciais com parceiros alinhados às melhores práticas de mercado.

Adicionalmente, o material orientativo utilizado nas avaliações e no Programa de Desenvolvimento Assistido foi revisado ao longo do período, assegurando maior aderência às diretrizes e recomendações ASG.

a. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não aplicável.

ANEXO II - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO CVM 81 / ANEXO A

1) Informar o lucro líquido do exercício:

R\$ 871.278.872,49 em 2025.

2) Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados. Conforme tabela abaixo:

	2025
Lucro líquido do exercício	871.278.872,49
Dividendos prescritos	810.878,68
Reserva legal	(1.105.797,41)
Realização da reserva de reavaliação líquida de tributos	6.764.163,50
Reserva de redução de incentivo fiscal (imposto de renda / reinvestimentos)	(113.376.048,91)
Lucro líquido ajustado	764.372.068,35
Dividendos obrigatórios (25%)	191.093.017,08
Valores pagos em 23 de setembro de 2025 – R\$ 1,87 por ação ordinária e preferencial ⁽¹⁾	409.421.425,93
Valores pagos em 26 de novembro de 2025 – R\$ 0,85902629 por ação ordinária e preferencial ⁽¹⁾	188.076.880,96
Valores a serem pagos em 10 de abril de 2026 – R\$ 0,762182715 por ação ordinária e preferencial ⁽¹⁾	166.873.761,46
Total dos dividendos	764.372.068,35
% sobre o lucro líquido ajustado	100%

⁽¹⁾ Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 07 de agosto de 2025, 06 de novembro de 2025 e 12 de março de 2026.

3) Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do lucro líquido do exercício social finalizado em 2025 distribuído corresponde a 100% do lucro líquido ajustado após a constituição de reserva legal e destinação para a reserva de incentivos fiscais, nos termos da regulamentação aplicável.

4) Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não aplicável, uma vez que não há proposta de distribuição de dividendos com base em lucros de exercícios anteriores a 2025.

5) Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

5.a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

5.b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

5.c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

5.d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6) Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

6.a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados; e

6.b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Data da declaração	Data de Pagamento	Valor por ação em R\$	Dividendos em R\$ mil
07/08/2025	23/09/2025	R\$ 1,87	409.421
06/11/2025	26/11/2025	R\$ 0,85902629	188.076
12/03/2026	10/04/2026	R\$ 0,762182715	166.873

7) Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

7.a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro líquido R\$ mil	Lucro líquido por ação R\$	Lucro líquido por ação Ordinária R\$	Lucro líquido por ação Preferencial R\$
2025	871.278,9	3,98	3,73	4,11
2024	1.088.082	4,97	4,64	5,11
2023	1.379.044	6,30	5,91	6,50
2022	1.190.702	5,44	15,76	8,30

7.b) Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Dividendo total R\$ mil	Por ação Ordinária R\$	Por ação Preferencial R\$
2025	764.372	3,49	3,49
2024	811.178	3,70	3,70
2023	726.826	3,32	3,32

8) Havendo destinação de lucros à reserva legal:

8.a) Identificar o montante destinado à reserva legal:

R\$ 1.105.797,41.

8.b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

Lucro líquido do exercício (a) em R\$ mil	Constituição reserva legal (b)	Reserva legal (a) x (b) em R\$ mil
871.278.872,49	0,12%	104.553.464,69

A Companhia esclarece que alocou a destinação do percentual de 0,12% do lucro líquido do exercício para a reserva legal em razão do consequente atingimento do limite previsto no Artigo 193 da Lei das S/A.

9) Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

9.a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais de emissão da Companhia possuem prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

9.b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor prioritário mínimo atribuído às ações preferenciais (10% ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações).

9.c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Eventual parcela não paga não é cumulativa.

9.d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de agosto de 2025: Dividendos declarados no montante total de R\$ 409.421.425,93, pagos em 23 de setembro de 2025. Desse total, o valor de R\$ 110.073.738,64, correspondentes a R\$ 0,76753418122875 por ação preferencial, foi destinado ao pagamento dos acionistas preferencialistas em cumprimento ao dividendo prioritário mínimo de 10% sobre o capital social próprio.

Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 06 de novembro de 2025: Dividendos declarados no montante total de R\$ 188.076.880,96 correspondem a R\$ 0,85902629 por ação do capital social, pagos em 26 de novembro de 2025.

Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 12 de março de 2026: Dividendos declarados no montante total de R\$ 166.873.761,46 correspondem a R\$ 0,762182715 por ação do capital social, a serem pagos em 10 de abril de 2026.

9.e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 07 de agosto de 2025: Dividendos declarados no montante total de R\$ 409.421.425,93 pagos em 23 de setembro de 2025. Desse total, o valor de R\$ 110.073.738,64, correspondentes a R\$ 0,76753418122875 por ação preferencial, foi destinado ao pagamento dos acionistas preferencialistas em cumprimento ao dividendo prioritário mínimo de 10% sobre o capital social próprio.

Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 06 de novembro de 2025: Dividendos declarados no montante total de R\$ 188.076.880,96 correspondem a R\$ 0,85902629 por ação do capital social, pagos em 26 de novembro de 2025.

Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 12 de março de 2026: Dividendos declarados no montante total de R\$ 166.873.761,46 correspondem a R\$ 0,762182715 por ação do capital social, a serem pagos em 10 de abril de 2026.

10) Em relação ao dividendo obrigatório

10.a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme estabelece o artigo 32 do Estatuto Social: "Art.32 – A Companhia distribuirá, entre todas as espécies de suas ações, como dividendo obrigatório, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76."

10.b) Informar se ele está sendo pago integralmente

A Companhia tem efetuado nos últimos exercícios pagamentos de dividendos acima do valor mínimo obrigatório (25%).

10.c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11) Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

11.a) Informar o montante da retenção

Não aplicável.

11.b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

11.c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12) Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

12.a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

12.b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

12.c) Explicar por que a perda foi considerada provável

Não aplicável.

12.d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13) Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

13.a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

13.b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14) Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

14.a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável.

14.b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

14.c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável.

15) Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

15.a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

15.b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

16) Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

16.a) Informar o montante destinado à reserva

R\$ 113.376.048,91.

16.b) Explicar a natureza da destinação

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014 - Ato Declaratório Executivo nº 17 - DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que impôs algumas obrigações e restrições:

- (i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;
- (ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;
- (iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia.

ANEXO III - CANDIDATOS PARA OCUPAR CARGOS DE MEMBROS EFETIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA, NOS TERMOS DOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

CANDIDATOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Para o mandato que durará até a Assembleia Geral Ordinária que ocorrerá em 2028, os acionistas controladores indicaram 4 (quatro) membros, dos quais 1 (um) se declarou como membro independente, nos termos dos arts. 6 e 7, I, do Anexo K da Resolução CVM 80.

Membros Efetivos	
Omar Carneiro da Cunha Sobrinho	Conselheiro não independente
Ricardo Perez Botelho	Conselheiro não independente
Hélio Tito Simões de Arruda	Conselheiro independente
Mauricio Perez Botelho	Conselheiro não independente

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2026, conforme assessorado pelo Comitê de Remuneração e Sucessão da Energisa S.A., avaliou a indicação, a declaração de independência apresentada pelo conselheiro indicado e confirmou que este está aderente à Política de Indicação e de Remuneração dos Administradores do Grupo Energisa, conforme versão vigente aprovada em 25 de outubro de 2023. Cumpre esclarecer que, nos termos do Anexo K da Resolução CVM 80, o Conselho de Administração, na reunião acima mencionada, emitiu o relatório de análise do enquadramento do candidato indicado ao Conselho de Administração da Companhia aos critérios de independência estabelecidos no art. 6º do Anexo K da Resolução CVM 80, relatório que segue anexado à presente proposta.

INFORMAÇÕES DOS ITENS 7.3 A 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM RELAÇÃO AOS INDICADOS

Diante disso, apresentamos as informações relativas aos indivíduos indicados acima para ocuparem cargos de membros do Conselho de Administração da Companhia, na forma dos itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

MEMBROS TITULARES:

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome completo	Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Data de nascimento	18/07/1946
Profissão	Economista
CPF ou Passaporte	CPF: 832.328.697-34
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (efetivo)
Data da eleição	28/04/2026
Data da posse	28/04/2026
Prazo do mandato	2 anos
Foi eleito pelo controlador?	Sim
É membro independente?	Não
Data de início do 1º mandato (no caso de mandatos consecutivos)	30/04/2003
Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) em sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Formado em economia pela Universidade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Experiência profissional: Foi Presidente da Shell do Brasil S.A., empresa atuante no setor de combustíveis, Presidente da Billiton Metais S.A., empresa atuante no setor de metais, Vice-Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Presidente da AT&T Brasil Ltda., empresa atuante no setor de telecomunicações, e membro do Conselho de Administração de Brazilian Fast Food Corporation, empresa atuante no setor de

	<p>alimentação. Durante os últimos cinco anos, vem exercendo a função de conselheiro do Conselho de Administração da Companhia, da Energisa Minas Gerais, da Energisa Paraíba, da Energisa Sergipe, da Energisa S.A., da Energisa Mato Grosso do Sul, da Energisa Tocantins, da Energisa Sul Sudeste, da Energisa Acre, da Energisa Rondônia, da Energisa Transmissão, e da Rede Energia. Além disso, é membro do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade e de Estratégia e Alocação de Capital da Energisa S.A.</p>
<p>Descrição dos seguintes eventos ocorridos nos últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.</p>

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do emissor;

Não aplicável

b. Administradores do emissor e administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor;

Não aplicável

c. Administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor;

Não aplicável

d. Administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social;

Não aplicável

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome completo	Ricardo Perez Botelho
Data de nascimento	28/06/1959
Profissão	Engenheiro Eletricista
CPF ou Passaporte	CPF: 738.738.027-91
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (efetivo)
Data da eleição	28/04/2026
Data da posse	28/04/2026
Prazo do mandato	2 anos
Foi eleito pelo controlador?	Sim
É membro independente?	Não
Data de início do 1º mandato (no caso de mandatos consecutivos)	05/12/1997
Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) em sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Graduação em Engenharia Eletrônica pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro; Especialização em microeletrônica na Arizona State University, Tempe, AZ; e em 2014 concluiu o programa “Business School President’s Program on Leadership” na Harvard University em Cambridge, MA. Experiência profissional: Durante os últimos cinco anos, vem exercendo o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Energisa Sergipe, da Energisa Paraíba, da Energisa S.A., da Energisa Minas Rio, da Energisa Sul Sudeste, da Energisa S.A., da Energisa Mato Grosso do Sul, da Energisa Tocantins, da Energisa Acre, da Energisa Rondônia, da Energisa Transmissão, e da Rede Energia. Além disso, é presidente do conselho de administração da Alsol e membro do conselho de administração da Norgás, da Linhas de Xingu e da Linhas de Macapá. Também é membro do comitê de estratégia e alocação de capital da Energisa S.A.
Descrição dos seguintes eventos ocorridos nos últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do emissor;

Aplicável. Diretor Presidente da Companhia e possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Mauricio Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e membro dos comitês de divulgação e de gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro.

b. Administradores do emissor e administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor;

Aplicável, Diretor Presidente da Companhia e ocupa cargo na administração de sociedades controladas diretas e indiretas da Companhia.

Também possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Mauricio Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, e membro dos comitês de divulgação e de gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro da Companhia.

c. Administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor;

Aplicável, Diretor Presidente da Companhia e ocupa cargo na administração de sociedades controladas diretas e indiretas e controladores diretos e indiretos da Companhia.

Também possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Mauricio Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, controladores diretos e indiretos, e membro dos comitês de divulgação e de gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro da Companhia.

d. Administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Aplicável, Diretor Presidente da Companhia e ocupa cargo na administração de sociedades controladas diretas e indiretas e controladores diretos e indiretos da Companhia.

Também possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Mauricio Perez Botelho, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, controladores diretos e indiretos, e membro dos comitês de divulgação e de gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social;

Não aplicável

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável

Conselheiros Indicado pelos empregados:

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome completo	Hélio Tito Simões de Arruda
Data de nascimento	04/06/1965
Profissão	Administrador
CPF ou Passaporte	CPF: 116.011.401-34
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (efetivo)
Data da eleição	28/04/2026
Data da posse	28/04/2026
Prazo do mandato	2 anos
Foi eleito pelo controlador?	Sim
É membro independente?	Sim
Data de início do 1º mandato (no caso de mandatos consecutivos)	27/04/2016
Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) em sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor	Natural de Cuiabá nascido em 04/06/1955, graduado em Administração de Empresas pela UnB - Universidade de Brasília (http://www.unb.br), Mestre em Administração Financeira pela Universidad de Extremadura (http://www.unex.es), Especialização na área de Tecnologia da Informação pela Universidade Católica de Brasília. Eleito para Academia Brasileira de Economia - Cátedra 22 - (Academia Brasileira de Ciências Econômicas, Políticas e Sociais) (http://www.academia-ane.org.br). Resumo das atividades profissionais exercidas; Conselheiros Administrativo das Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT de 1997 até 2010; Conselheiro do Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Educação Superior de MT; Presidente do Sindicato dos Administradores de MT - SINAD/MT; Vogal da Junta Comercial de MT; Diretor da Federação das Indústrias de MT até 2012; Diretor e professor da Faculdade Matogrossense de Ciências Contábeis, Economia e Administração, do Instituto Cuiabano de Educação de 1990 a 1999; Diretor da Escola de Serviço Público de MT 1993 / 1994; Pesquisador do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas - IICA no ano de 1979; Presidente eleito e reeleito do Conselho Regional de Administração de MT 1994 a 2006; Professor e Fundador da Faculdade Católica Dom Aquino de Cuiabá, Coordenou o Curso de Administração. Além disso, é conselheiro independente da Rede Energia.
Descrição dos seguintes eventos ocorridos nos últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do emissor;

Não aplicável

b. Administradores do emissor e administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor;

Não aplicável

c. Administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor;

Não aplicável

d. Administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social;

Não aplicável

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

Nome completo	Mauricio Perez Botelho
Data de nascimento	30/12/1960
Profissão	Engenheiro Mecânico
CPF ou Passaporte	CPF: 053.888.187-99
Cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração (suplente)
Data da eleição	28/04/2026
Data da posse	28/04/2026
Prazo do mandato	2 anos
Foi eleito pelo controlador?	Sim
É membro independente?	Não
Data de início do 1º mandato (no caso de mandatos consecutivos)	14/04/2014
Principais experiências profissionais dos últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos: (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) em sociedades controladas por acionista do emissor que detenha	Formou-se em Engenharia Mecânica pela Universidade Gama Filho e em Finanças pela Tutane University School of Business (New Orleans - USA), foi analista de Projetos da Dow Corning Corporation (Midland - USA), assistente financeiro do vice-presidente da American Express Bank (New York) e

<p>participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor</p>	<p>membro do Conselho de Administração da Companhia Industrial Cataguases. Iniciou sua carreira no Grupo Energisa em 1989. Durante os últimos cinco anos vem exercendo o cargo de vice-presidente financeiro do Grupo Energisa, exercendo o cargo de Diretor Financeiro das nove distribuidoras de energia elétrica controladas direta ou indiretamente pela Companhia (sendo, ainda, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores das companhias abertas do Grupo Energisa). Além disso, é membro do Comitê de Divulgação e do Comitê de Gestão de Riscos do Mercado Financeiro da Energisa S.A.</p>
<p>Descrição dos seguintes eventos ocorridos nos últimos 5 anos: (i) condenação criminal; (ii) condenação em processo administrativo da CVM, do BCB ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas; (iii) condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>O candidato ora indicado, nos últimos 5 anos, não incorreu em: (i) qualquer condenação criminal; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM; e (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o conselheiro não é, nos termos da legislação aplicável, considerado uma pessoa exposta politicamente.</p>

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. Administradores do emissor;

Aplicável. Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Energisa S.A., membro dos comitês de divulgação e de gestão de riscos decorrentes do mercado financeiro do Grupo Energisa e possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Ricardo Perez Botelho, Diretor Presidente da Energisa S.A.

b. Administradores do emissor e administradores de controladas diretas ou indiretas do emissor;

Aplicável, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Energisa S.A. e ocupa cargo na administração de sociedades controladas diretas e indiretas da Energisa S.A.

Também possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Ricardo Perez Botelho, Diretor Presidente da Energisa S.A. e de suas controladas diretas e indiretas.

c. Administradores do emissor ou de suas controladas diretas ou indiretas e controladores diretos ou indiretos do emissor;

Aplicável, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Energisa S.A. e ocupa cargo na administração de sociedades controladas diretas e indiretas da Energisa S.A. e controladores diretos e indiretos da Companhia.

Também possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Ricardo Perez Botelho, Diretor Presidente da Energisa S.A. e suas controladas diretas e indiretas e controladores diretos e indiretos da Companhia.

d. Administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Aplicável, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Energisa S.A. e ocupa cargo na administração de sociedades controladas diretas e indiretas da Energisa S.A. e controladores diretos e indiretos da Companhia.

Também possui parentesco de 1º grau por consanguinidade com Ricardo Perez Botelho, Diretor Presidente da Energisa S.A. e suas controladas diretas e indiretas e controladores diretos e indiretos da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% do capital social;

Não aplicável

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não aplicável

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não aplicável

RELATÓRIO DE ANÁLISE DO ENQUADRAMENTO DOS CANDIDATOS INDICADOS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. AOS CRITÉRIOS DE INDEPENDÊNCIA

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA DE CANDIDATO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Sr. Hélio Tito Simões de Arruda, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 270.551 (SSP/DF), inscrito no CPF sob o nº 116.011.401-34, residente e domiciliado na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 2391, 4º andar, Alvorada, CEP 78.048-340, tendo em vista sua indicação ao cargo de membro independente do Conselho de Administração da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., sociedade anônima de capital aberto, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, na Rua Vereador João Barbosa Caramuru, nº 184, Bandeirantes, CEP: 78.010-900, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso sob o NIRE 51.300.001.179, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.467.321/0001-99 (“Companhia”), atesta, sob as penas da lei, para os fins do artigo 6º do Anexo K da Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”), e do Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e demais normas aplicáveis, que se enquadra nos critérios de independência, declarando que:

- (1) não é acionista controlador, direto ou indireto, da Companhia;
- (2) não tem seu exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia vinculado por acordo de acionistas;
- (3) não tem relação de matrimônio, companheirismo ou parentesco com o acionista controlador, administradores da Companhia ou administradores do acionista controlador;
- (4) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia ou do seu acionista controlador;
- (5) não é parente, por afinidade, do acionista controlador, de administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador da Companhia;
- (6) não teve relação de emprego nem exerceu cargo de diretoria em sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia nos últimos 3 (três) anos;
- (7) não tem relações comerciais com a Companhia, seu acionista controlador ou sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum da Companhia;
- (8) não ocupa cargo com poder decisório em sociedade ou entidade que tenha relações comerciais com a Companhia ou com o seu acionista controlador;
- (9) não recebe outra remuneração da Companhia, de seu acionista controlador, sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum além daquela relativa à atuação como membro do Conselho de Administração ou de comitês da Companhia, de seu acionista controlador, de suas sociedades coligadas, controladas ou sob controle comum, exceto proventos em dinheiro decorrentes de participação no capital social da Companhia e benefícios advindos de planos de previdência complementar;
- (10) não fundou a Companhia e não exerce influência significativa sobre ela;
- (11) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia;
- (12) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia; e
- (13) não tem qualquer vínculo com a Companhia em magnitude que implique a perda de sua independência.

Cuiabá, 26 de março de 2026.

Hélio Tito Simões de Arruda

ANEXO IV - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NOS TERMOS DO ITEM 2 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 25 de outubro de 2023, aprovou a Política de Indicação e Remuneração ("Política de Indicação e Remuneração"), que tem, dentre os seus objetivos, estabelecer as regras, procedimentos, requisitos, critérios e diretrizes que deverão ser observadas com relação à composição da Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês, ao processo de indicação e integração dos membros e a fixação de sua remuneração.

A Política de Indicação e Remuneração aplica-se à Companhia e, conforme aplicável, às demais sociedades integrantes do seu grupo econômico ("Grupo Energisa").

A referida política encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.energisa.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<https://www.gov.br/cvm>).

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

8.1.b.i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Nos termos da Política de Indicação e Remuneração, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é fixada pela Assembleia Geral de acionistas.

Uma vez aprovado o montante global, compete ao Conselho de Administração, após recomendação do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade, definir a remuneração individual de seus membros e dos membros da Diretoria.

O Comitê de Pessoas e Sustentabilidade (nova denominação do Comitê de Remuneração e Sucessão, aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2024) é o órgão responsável por assessorar o Conselho de Administração nas matérias relacionadas:

- (i) à remuneração dos membros da administração; e
- (ii) a indicação de pessoas para ocupar cargos na administração.

No exercício de suas atribuições, o Comitê de Pessoas e Sustentabilidade propõe políticas e práticas de remuneração compatíveis com as melhores práticas de mercado, buscando assegurar a atração, motivação e retenção de profissionais qualificados, bem como contribuir para o alinhamento entre a estratégia de remuneração e os objetivos de longo prazo da Companhia.

Adicionalmente, o referido Comitê auxilia e assessora o Conselho de Administração das sociedades integrantes do Grupo Energisa nas matérias relacionadas à estratégia de remuneração e à fixação da remuneração dos membros da administração e dos comitês, conforme previsto na Política de Indicação e Remuneração.

8.1.b.ii. Critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

Nos termos da Política de Indicação e Remuneração, as práticas de remuneração do Grupo Energisa são estruturadas com base em princípios que visam assegurar competitividade, transparência e alinhamento com os objetivos estratégicos da Companhia.

Nesse sentido, a definição da remuneração observa os seguintes princípios:

- (i) alinhamento às práticas de mercado e promoção da competitividade do Grupo Energisa em seus respectivos segmentos de atuação;
- (ii) transparência e formalização das regras de remuneração, de forma a garantir seu adequado entendimento;
- (iii) flexibilidade para adaptação ao longo do tempo, considerando eventuais ajustes nas estratégias da Companhia;
- (iv) promoção dos interesses da Companhia e consecução de seus objetivos estratégicos; e
- (v) vinculação da remuneração variável a resultados objetivos e mensuráveis.

A fixação da remuneração considera, ainda, as responsabilidades inerentes ao cargo e os deveres fiduciários aplicáveis à função exercida.

Para fins de verificação das práticas de mercado, a Companhia utiliza pesquisas salariais conduzidas por uma ou mais consultorias especializadas. Atualmente, as referências utilizadas são:

(i) Para a remuneração fixa e variável de curto e longo prazo da Diretoria, a companhia utiliza a pesquisa de remuneração realizada pela Korn Ferry, nos quais se observam as políticas e práticas de remuneração adotadas, considerando empresas de diferentes portes e setores da economia, distribuídas entre seis macrosetores: Indústria de Base, Indústria Geral, Serviços, Infraestrutura (incluindo o setor de energia elétrica), Comércio/Varejo e Agronegócio

(ii) Para a remuneração fixa do Conselho de Administração, a companhia utiliza a pesquisa de práticas de governança e remuneração de conselhos, realizada pela Korn Ferry, nos quais se observam as políticas e práticas de remuneração adotadas, considerando empresas de diferentes portes, setores da economia (incluindo o setor de energia elétrica), nível de governança e controle acionário.

8.1.b.iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente a adequação da política de remuneração da Companhia, com base em recomendações do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade.

C. Composição da remuneração, indicando:

8.1.c.i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **Seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

A política de remuneração da Companhia busca estabelecer uma estrutura de remuneração compatível com as práticas de mercado, com o objetivo de atrair, reter e motivar profissionais qualificados, alinhando seus interesses aos objetivos estratégicos da Companhia no curto, médio e longo prazos.

Nesse contexto, a estrutura de remuneração da Companhia contempla diferentes componentes, que variam conforme o órgão ou posição ocupada, incluindo remuneração fixa, benefícios, remuneração variável e incentivos de longo prazo.

A seguir são descritos os principais componentes do pacote de remuneração aplicável ao Conselho de Administração, Diretoria Estatutária, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal.

Conselho de Administração

Remuneração Fixa

A remuneração dos membros do Conselho de Administração consiste no pagamento de honorários mensais, distribuídos em 12 (doze) parcelas ao longo do ano, sem vinculação à participação em reuniões do órgão.

O valor da remuneração pode variar em função das responsabilidades atribuídas ao conselheiro, do tempo dedicado às atividades do cargo, de sua experiência, competências e reputação profissional, bem como das práticas observadas no mercado.

No caso específico do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Administração, os valores são definidos com base em pesquisas de mercado realizadas por consultorias especializadas em remuneração de conselhos.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de remuneração variável em decorrência do exercício de suas funções.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros do Conselho de Administração podem fazer jus a benefícios compatíveis com as práticas de mercado, incluindo seguro de vida e seguro saúde.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros do Conselho de Administração podem fazer jus à participação em planos de previdência privada.

Participação em Comitês

Os membros do Conselho de Administração, que também integram Comitês de Assessoramento, poderão receber remuneração adicional pela participação nesses órgãos.

Os membros suplentes do Conselho de Administração, quando existentes, receberão remuneração apenas quando forem acionados para substituir membros efetivos em reuniões.

Diretoria Executiva

Remuneração Fixa

A remuneração fixa dos membros da Diretoria Estatutária consiste no pagamento de honorários mensais, distribuídos em 12 (doze) parcelas ao longo do ano.

Os valores são definidos com base em pesquisas de mercado conduzidas por consultorias especializadas em remuneração executiva, podendo variar conforme as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às atividades, a experiência profissional, as competências individuais e o desempenho do executivo.

Benefícios Diretos e Indiretos

Os membros da Diretoria podem fazer jus a benefícios compatíveis com as práticas de mercado, incluindo seguro de vida e seguro saúde.

Benefícios Pós-Emprego

Os membros da Diretoria podem participar de planos de previdência privada, conforme aplicável.

Remuneração Variável

A remuneração variável da Diretoria Estatutária pode incluir componentes de curto e longo prazo, conforme descrito a seguir.

(i) Programa de Remuneração de Curto Prazo

A remuneração variável de curto prazo está vinculada ao cumprimento de metas previamente estabelecidas e definidas com base em indicadores de desempenho.

Esses indicadores podem estar relacionados a métricas financeiras, operacionais e estratégicas da Companhia ou das sociedades integrantes do Grupo Energisa, podendo incluir também indicadores relacionados a aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG), de modo a incentivar a sustentabilidade e a geração de valor no longo prazo.

(ii) Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Os membros da Diretoria podem ser elegíveis a programas de incentivo de longo prazo (ILP), os quais estão vinculados ao cumprimento de metas de desempenho da Companhia e/ou do Grupo Energisa ao longo de períodos plurianuais.

(iii) Incentivos Baseados em Ações

Os membros da Diretoria podem participar de planos de incentivo baseados em ações, desde que considerados elegíveis e indicados como beneficiários no âmbito de planos aprovados pela Assembleia Geral.

Nesses casos, a transferência das ações está condicionada ao cumprimento das metas e premissas de desempenho estabelecidas para o longo prazo.

Diretrizes de Obrigatoriedade da Propriedade de Ações (Stock Ownership Guidelines – SOG)

A Companhia adota diretrizes de propriedade de ações (Stock Ownership Guidelines – SOG) como mecanismo de alinhamento de longo prazo entre os interesses da administração e dos acionistas e alinhado as boas práticas de governança, incentivando a manutenção de participação acionária, por meio dos planos de incentivos baseados em ações.

Nos termos dessas diretrizes, os executivos devem atingir e manter uma participação mínima em número de salários, definidos de acordo com cada função, conforme definido nos regulamentos e contratos aplicáveis aos programas de incentivo de longo prazo.

As diretrizes de SOG estão alinhadas aos programas de incentivo de longo prazo da Companhia, em especial ao mecanismo de investimento previsto no programa de Restricted Shares, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência.

Comitês de Assessoramento

Nos termos da Política de Indicação e Remuneração, os membros dos Comitês de Assessoramento podem fazer jus a remuneração fixa mensal, a ser definida pelo Conselho de Administração no momento de sua eleição.

Salvo disposição em contrário no momento da eleição, os membros dos Comitês que também integrem o Conselho de Administração ou a Diretoria não fazem jus ao recebimento de remuneração adicional pela participação nesses órgãos, exceto nos casos do:

- Comitê de Auditoria e Riscos;
- Comitê de Pessoas e Sustentabilidade; e
- Comitê de Estratégia e Alocação de Capital.

Adicionalmente, salvo disposição em contrário no momento da eleição, os membros dos Comitês — com exceção do Comitê de Auditoria e Riscos, do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia e Alocação de Capital — não recebem remuneração específica pelo exercício de suas funções nesses órgãos, uma vez que tais atividades já se encontram vinculadas às funções originalmente exercidas no âmbito do Grupo Energisa.

Os membros dos Comitês têm direito ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Não há previsão de pagamento de remuneração variável ou benefícios adicionais relacionados à participação em Comitês.

Conselho Fiscal

Quando instalado, os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal.

Nos termos da Política de Indicação e Remuneração e em conformidade com o artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/1976, a remuneração de cada membro em exercício não poderá ser inferior a 10% da remuneração média atribuída aos membros da Diretoria do Grupo Energisa, excluídos benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Os membros do Conselho Fiscal também fazem jus ao reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho de suas funções.

Os membros suplentes do Conselho Fiscal recebem remuneração apenas quando convocados para substituir membros titulares em reuniões.

Proporção de cada elemento na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

A composição da remuneração total dos órgãos de administração da Companhia é estruturada de forma a equilibrar componentes fixos e variáveis, considerando a natureza das funções exercidas e o alinhamento com as práticas de mercado.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2025, 2024 e 2023, a proporção de cada elemento da remuneração total dos órgãos da Companhia apresentou a seguinte distribuição:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025							
Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	93,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,0%	0,0%	100%
Diretoria Estatutária	55,3%	5,5%	0,0%	29,5%	9,7%	0,0	100%
Diretoria Não Estatutária	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0%
Conselho Fiscal	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024							
Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	95%	0%	0%	0%	6%	0%	100%
Diretoria Estatutária	59%	4%	0%	30%	7%	0%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Órgão	Honorários	Benefícios Diretos e Indiretos	Outros	Participação nos Resultados	Benefícios Pós Emprego	Remuneração Baseada em Ações	Total
Conselho de Administração	112%	0%	0%	-14%	2%	0%	100%
Diretoria Estatutária	49%	4%	0%	39%	8%	0%	100%
Diretoria Não Estatutária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Conselho Fiscal	100%	0%	0%	0%	0%	0%	100%

Metodologia de cálculo e de reajuste

O montante global da remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramentos e da Diretoria da Companhia é fixada pela Assembleia Geral de acionistas e o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Pessoas e Sustentabilidade, é o responsável por definir a remuneração individual dos administradores.

A remuneração dos membros da Diretoria Executiva é definida com base em pesquisas de mercado conduzidas por consultorias especializadas em remuneração executiva, podendo variar conforme as responsabilidades do cargo, o tempo dedicado às atividades, a experiência profissional, as competências individuais e o desempenho do executivo. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva é revisada anualmente e reajustada conforme posicionamento da remuneração frente ao mercado, caso necessário, e as avaliações de desempenho individuais.

Os membros do Conselho de Administração e Comitês de Assessoramento têm sua remuneração definida com base em pesquisas de mercado conduzidas por consultorias especializadas em práticas de governança e remuneração de conselhos. Os honorários dos membros do Conselho de Administração são verificados anualmente, observados os posicionamentos dos honorários frente ao mercado, limites estabelecidos no orçamento da Companhia e considerando, adicionalmente, as boas práticas de mercado.

Os membros do Conselho Fiscal tem sua remuneração definida em conformidade com o artigo 162, §3º, da Lei nº 6.404/1976, onde a remuneração de cada membro em exercício não poderá ser inferior a 10% da remuneração média atribuída aos membros da Diretoria do Grupo Energisa, excluídos benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Principais indicadores de desempenho considerados na remuneração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e do Conselho Fiscal não é composta por parcela variável e, portanto, em regra, não está diretamente vinculada a indicadores de desempenho.

Já a remuneração da Diretoria Executiva contempla componentes variáveis vinculados ao desempenho individual e ao desempenho da Companhia, conforme previsto na Política de Indicação e Remuneração.

No âmbito do Programa de Remuneração de Curto Prazo, os indicadores utilizados podem estar relacionados a métricas financeiras, operacionais e estratégicas do Grupo Energisa, podendo incluir também indicadores associados à agenda

ambiental, social e de governança (ASG).

Entre os principais indicadores utilizados para fins de remuneração variável de curto prazo destacam-se:

- Despesas controláveis
- Lucro líquido ajustado
- EBITDA ajustado
- Provisão para devedores duvidosos (PDD) e incobráveis
- Perdas totais
- Índices de inadimplência
- Indicadores operacionais e de qualidade de serviço
- Índice de satisfação da qualidade percebida (ISQP)
- Gestão de estoques
- Indicadores relacionados à eficiência operacional e produtividade
- Indicadores associados à agenda ASG

Em caso de superação das metas estabelecidas, a remuneração variável de curto prazo poderá ser acrescida em até 25% sobre o valor base definido.

Indicadores utilizados no Incentivo de Longo Prazo (ILP)

Até a quinta outorga do programa de incentivo de longo prazo, outorgado em 2022 com vesting em 2025, o desempenho era avaliado com base em duas métricas principais de geração de valor, que compõem o Fator de Desempenho:

Fluxo de Caixa Livre Ajustado (FCL): indicador relacionado à geração de caixa operacional do Grupo Energisa após a realização dos investimentos.

Total Shareholder Return (TSR): indicador que mede o retorno total ao acionista, considerando o posicionamento relativo da Companhia em comparação com empresas do setor que compõem o Índice de Energia Elétrica (IEE).

O Fator de Desempenho é definido com base em matriz de avaliação que estabelece os níveis de atingimento das metas. Em caso de superação dos objetivos estabelecidos, a remuneração variável pode alcançar até **200% do valor alvo**. Por outro lado, caso não seja atingido o nível mínimo de geração de caixa estabelecido, o pagamento do incentivo pode ser reduzido a zero.

A partir de 2023, o programa de incentivo de longo prazo foi revisado e passou a ser composto por dois planos distintos:

Performance Shares

- 50% do desempenho vinculado ao TSR relativo da Companhia em comparação com empresas do setor integrantes do IEE;
- 50% vinculado à valorização das Units de emissão da Energisa S.A.

Restricted Shares

Esse plano não está vinculado diretamente a métricas de desempenho financeiro, sendo condicionado principalmente à permanência do beneficiário na Companhia durante o período de vesting estabelecido.

(ii) Razões que justificam a composição da remuneração

A estrutura de remuneração adotada pela Companhia busca refletir o nível de responsabilidade inerente aos cargos exercidos, manter a competitividade da Companhia na atração e retenção de executivos e profissionais qualificados, incentivando um maior retorno para o acionista e melhores desempenhos.

Nesse sentido, a estratégia de remuneração procura alinhar os incentivos dos administradores aos objetivos estratégicos da

Companhia, considerando metas e indicadores de desempenho de curto, médio e longo prazos.

Para os membros do Conselho de Administração e dos Comitês de Assessoramento, a remuneração é composta por parcela fixa, em linha com as práticas de mercado.

Para os membros da Diretoria Executiva, a estrutura de remuneração busca equilibrar componentes fixos e variáveis, de modo a incentivar o desempenho individual e coletivo, bem como alinhar os interesses dos executivos à geração de valor sustentável para a Companhia e seus acionistas.

(iii) a existência de membros não remunerados pela companhia e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, do Comitê de Auditoria e Riscos, do Comitê de Pessoas e Sustentabilidade e do Comitê de Estratégia e Alocação de Capital são remunerados.

Os demais membros de determinados Comitês de Assessoramento não recebem remuneração específica pela participação nesses órgãos, uma vez que tais membros, em geral, já exercem funções executivas ou de administração na Companhia ou em sociedades do Grupo Energisa, sendo remunerados pelo exercício desses cargos.

d. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária podem receber remuneração em razão das funções e atribuições que eventualmente exerçam em outras sociedades integrantes do Grupo Energisa.

Nesses casos, a remuneração é estabelecida de acordo com os serviços prestados pelo administrador a cada sociedade do Grupo, observando-se os parâmetros previstos no artigo 152 da Lei nº 6.404/1976 e a regulamentação aplicável ao setor de atuação da Companhia.

Dessa forma, a remuneração total dos administradores pode incluir salários, benefícios e remuneração variável pagos por diferentes sociedades integrantes do Grupo Energisa, conforme as funções exercidas em cada uma delas.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da companhia

Nos últimos três exercícios sociais, não houve qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Remuneração segregada em:
 - i. Remuneração fixa anual segregada em:
 - Salário ou pró-labore
 - Benefícios diretos e indiretos
 - Remuneração por participação em comitês
 - Outros
 - ii. Remuneração variável, segregada em:
 - Bônus
 - Participação nos resultados
 - Remuneração por participação em reuniões
 - Comissões
 - Outros
 - iii. Benefícios pós emprego

- iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
- v. Remuneração baseada em ações, incluindo opções
- e. Valor por órgão da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. Total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2026 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	929.973,80	5.473.195,59	229.463,97	6.632.633,36
Benefícios direto e indireto	0,00	507.312,47	0,00	507.312,47
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	2.416.007,41	6.207.970,85	0,00	8.623.978,26
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	36.824,52	917.692,27	0,00	954.516,79
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	1.330.384,59	3.452.305,70	0,00	4.782.690,29
Observação	N/A	N/A	N/A	

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	4.713.190,32	16.558.476,88	229.463,97	21.501.131,17

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	453.536,24	4.748.397,24	215.123,88	5.417.057,36
Benefícios direto e indireto	1.486,97	475.605,44	0,00	477.092,41
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.535.913,86	0,00	2.535.913,86
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	35.868,04	829.240,00	0,00	865.108,04
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi	

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
	apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20.	apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20.	apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20.	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	490.891,25	8.589.156,54	215.123,88	9.295.171,67

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	424.852,16	5.202.436,07	203.085,96	5.830.374,19
Benefícios direto e indireto	2.049,82	445.210,92	0,00	447.260,74
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				
Bônus	0,00	1.745.812,17	0,00	1.745.812,17
Participação de resultados	0,00	3.518.272,52	0,00	3.518.272,52
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
OUTROS				
Pós-emprego	25.438,40	848.012,49	0,00	873.450,89
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20.	O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20.	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	452.340,38	11.759.744,17	203.085,96	12.415.170,51

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	4,00	7,00	3,00	14,00
Esclarecimento				
REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL				
Salário ou pró-labore	395.176,32	4.533.915,32	191.112,00	5.120.203,64
Benefícios direto e indireto	517,63	375.168,30	0,00	375.685,93
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	N/A	N/A	
REMUNERAÇÃO VARIÁVEL				

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	48.114,00	3.669.174,18	0,00	3.717.288,18
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A	N/A	
OUTROS				
Pós-emprego	5.878,80	742.657,44	0,00	748.536,24
Cessaçãõ do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular: CVM/SEP 01/24.	(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular/Anual-2023-CVM/SEP. A memória de cálculo encontra-se disponível na seção 8.20	(1) O número de membros de cada órgão (letra "b") foi apurado da forma especificada no ofício Circular: CVM/SEP 01/24.	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	449.686,75	9.320.915,24	191.112,00	9.961.713,99

8.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. Número total de membros
- c. Número de membros remunerados
- d. Em relação ao bônus:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- e. Em relação à participação no resultado:
 - i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	4,00	7,00	3,00	14,00
Esclarecimento				
Em Relação ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Relação à participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.061.482,86	0,00	1.061.482,86
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.307.414,32	0,00	5.307.414,32
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	4.245.931,45	0,00	4.245.931,45
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	36.691.741,80	0,00	36.691.741,80

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Em Relação ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Em Relação à participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.129.723,90	0,00	1.129.723,90
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.648.619,48	0,00	5.648.619,48
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	4.518.895,59	0,00	4.518.895,59
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	3.518.272,52	0,00	3.518.272,52

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Em Relação ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Relação à participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	1.117.491,43	0,00	1.117.491,43
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	5.587.457,14	0,00	5.587.457,14
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	4.469.965,71	0,00	4.469.965,71
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	2.535.913,86	0,00	2.535.913,86

Exercício Social: 31/12/2026

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	6,00	17,00

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros remunerados	3,00	7,00	3,00	13,00
Esclarecimento				
Em Relação ao Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Relação à participação no resultado				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	483.201,48	1.241.594,17	0,00	1.724.795,65
Valor máximo previsto no plano de remuneração	2.416.007,41	6.207.970,85	0,00	8.623.978,26
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas atingidas	1.932.805,93	4.966.376,68	0,00	6.899.182,61
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

A Energisa S.A. e suas controladas adotam programa de remuneração variável de longo prazo baseado em ações de emissão da Energisa S.A., negociadas na B3 por meio de certificados de ações sob o código ENGI11 ("Units"), denominado Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

O plano tem como principais objetivos:

- alinhar os interesses dos executivos aos interesses dos acionistas;
- incentivar a geração de valor sustentável no longo prazo;
- promover a meritocracia; e
- contribuir para a atração e retenção de profissionais-chave.

Podem participar do plano membros da Diretoria Executiva da Companhia e de suas controladas, desde que elegíveis e convidados pelo Conselho de Administração para cada programa específico.

O número de Units outorgadas é definido para cada nível executivo, levando em consideração o escopo de atuação e o desempenho individual do beneficiário, conforme estabelecido no respectivo contrato de concessão de ações.

Estrutura do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP)

O Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia ("Plano ILP") constitui um programa de remuneração baseado em ações, estruturado de forma evolutiva ao longo de suas outorgas, de modo a refletir o aprimoramento das práticas de

incentivo e alinhamento de longo prazo entre executivos e acionistas.

Até a 5ª outorga, o plano era estruturado exclusivamente por meio de programa vinculado a desempenho (Performance Shares).

A partir da 6ª outorga, a Companhia passou a adotar uma estrutura combinada, composta por:

- Performance Shares; e
- Restricted Shares.

Esses dois formatos possuem características distintas e objetivos complementares.

(i) Performance Shares

O plano de Performance Shares está vinculado ao desempenho da Companhia ao longo do período de vesting.

Até a 5ª outorga, o desempenho era avaliado com base nas seguintes métricas:

- Total Shareholder Return (TSR) relativo; e
- Fluxo de Caixa Livre Ajustado (FCL).

A partir da 6ª outorga, a Companhia revisou a estrutura do plano, passando a adotar:

- Total Shareholder Return (TSR) relativo; e
- Valorização das Units de emissão da Energisa S.A.

A quantidade final de Units a ser entregue ao beneficiário varia de acordo com o nível de atingimento das metas estabelecidas, podendo resultar em redução ou ampliação do número originalmente outorgado.

Esse modelo tem como principais objetivos:

- reforçar o alinhamento de longo prazo entre executivos e acionistas; e
- incentivar a geração de valor sustentável no longo prazo;

(ii) Restricted Shares

A partir da 6ª outorga, a Companhia passou a adotar, adicionalmente, o plano de Restricted Shares.

Esse formato não está vinculado a métricas de desempenho financeiro.

O plano baseia-se em um mecanismo de coinvestimento, no qual o beneficiário deve adquirir Units com recursos próprios e mantê-las durante o período de vesting.

Desde que cumpridas as condições estabelecidas, especialmente a permanência do beneficiário na Companhia e a manutenção das Units adquiridas, a Energisa S.A. realiza a entrega de Units adicionais em proporção às Units adquiridas pelo participante.

Esse modelo tem como principais objetivos:

- reforçar o alinhamento de longo prazo entre executivos e acionistas; e
- incentivar a retenção dos participantes por meio da exposição direta ao desempenho das ações da Companhia.

Características gerais do plano

Característica	Descrição
Tipo de plano	Incentivo de longo prazo baseado em ações
Instrumento	Units de emissão da Energisa S.A. (ENGI11)
Público elegível	Membros da Diretoria Executiva da Energisa S.A. e de suas controladas
Forma de liquidação	Entrega de Units ou liquidação financeira, a critério da Energisa S.A.
Período de vesting	Entre 2,5 e 3 anos, conforme outorga
Métricas de desempenho	No programa de Performance Shares, aplicam-se métricas de desempenho, incluindo TSR relativo e, conforme o ciclo, Fluxo de Caixa Livre Ajustado (FCL) ou valorização das Units. No programa de Restricted Shares, não há métricas de desempenho, sendo o incentivo condicionado principalmente à permanência do beneficiário e ao mecanismo de coinvestimento
Objetivo	Alinhamento de longo prazo entre executivos e acionistas e incentivo à geração de valor sustentável

(b) data de aprovação e órgão responsável

O Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) baseado em ações foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia realizada em 25 de abril de 2018.

(c) número máximo de ações abrangidas

Poderão ser entregues aos executivos, em decorrência do Plano, 1.729.827 Units, representativas de, no máximo, 0,5% do capital social da Energisa S.A. na data de aprovação do Plano.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica. A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações estruturados sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício social corrente ou nos três exercícios sociais anteriores.

(e) condições de aquisição de ações

Não se aplica. As ações outorgadas no âmbito dos programas de incentivo de longo prazo baseados em ações da Companhia, contemplam formatos vinculados a desempenho e mecanismos de coinvestimento, estando sua transferência condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações estruturados sob a forma de opções de compra de ações.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações estruturados sob a forma de opções de compra de ações.

(h) forma de liquidação

A liquidação das Units entregues aos beneficiários ocorre por meio de instrumentos patrimoniais, podendo a Energisa S.A., a seu exclusivo critério, realizar a liquidação financeira da obrigação de transferência da propriedade das ações, se aplicável.

(i) restrições à transferência das ações

Nas cinco primeiras outorgas, as Units transferidas aos beneficiários estiveram sujeitas a período de lock-up de 1 (um) ano após a concessão. A partir da sexta outorga, deixou de haver exigência de período de lock-up para as ações concedidas.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Na hipótese de alteração do controle acionário da Companhia, conforme definição prevista no artigo 116 da Lei nº 6.404/1976, o Conselho de Administração poderá determinar o cancelamento do Plano ou sua remodelagem.

Em caso de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária envolvendo a Companhia, na qual:

- a Companhia não seja a sociedade remanescente; ou
- permaneça como sociedade remanescente, mas deixe de ter suas ações admitidas à negociação em bolsa de valores,

os contratos em vigor poderão, a critério do Conselho de Administração:

- ser transferidos à companhia sucessora;
- ser cancelados ou remodelados; ou
- ser mantidos e liquidados em dinheiro.

Na hipótese de recuperação judicial da Companhia, o Conselho de Administração também poderá determinar o cancelamento ou a remodelagem do Plano.

Caso, ao final do período de vesting de determinado programa, o valor das Units tenha sofrido redução superior a 15% em relação ao valor observado na data de lançamento do respectivo programa, o Conselho de Administração da Energisa S.A. poderá cancelar ou remodelar o programa em curso ou o próprio Plano.

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

As regras aplicáveis aos casos de desligamento do beneficiário da Companhia, incluindo término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo, bem como aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, são definidas pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa específico.

8.5 As regras aplicáveis aos casos de desligamento do beneficiário da Companhia, incluindo término do contrato de trabalho, término de mandato, destituição ou renúncia ao cargo, bem como aposentadoria, invalidez permanente ou falecimento, são definidas pelo Conselho de Administração no âmbito de cada programa específico. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão**
- b) Número total de membros**
- c) Número de membros remunerados**
- d) Preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:**
 - i. Em aberto no início do exercício social**
 - ii. Perdidas e expiradas durante o exercício social**
 - iii. Exercidas durante o exercício social**
- e) Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto**

Não aplicável. A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações estruturados sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício social corrente ou nos três exercícios sociais anteriores. Conforme descrito no item

8.4 deste Formulário de Referência, a Energisa S.A. possui programa de incentivo de longo prazo baseado na concessão de Units, cuja aquisição está sujeita ao cumprimento de condições de vesting e de desempenho. Dessa forma, a transferência efetiva das ações ocorre apenas após o cumprimento das condições estabelecidas em cada programa.

8.6 Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Data da outorga
- e) Quantidade de opções outorgadas
- f) Prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g) Prazo máximo para exercício das opções
- h) Prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i) Valor justo das opções na data da outorga
- j) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

A Companhia não tem planos de remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício em curso ou que estavam em vigor nos 3 (três) últimos exercícios.

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. Quantidade
 - ii. Data em que se tornarão exercíveis
 - iii. Prazo máximo para exercício das opções
 - iv. Prazo de restrição à transferência das ações
 - v. Preço médio ponderado de exercício
 - vi. Valor justo das opções no último dia do exercício social
- e) Em relação às opções exercíveis
 - i. Quantidade
 - ii. Prazo máximo para exercício das opções
 - iii. Prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. Preço médio ponderado de exercício
 - v. Valor justo das opções no último dia do exercício social
- f) Valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações estruturados sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício social corrente ou que tenham estado em vigor nos três últimos exercícios sociais.

Conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, a Energisa S.A. adota programa de incentivo de longo prazo baseado na concessão de Units de sua emissão, cujo recebimento está condicionado ao cumprimento de requisitos de vesting e de desempenho estabelecidos em cada programa.

8.8 Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Número de ações
- e) Preço médio ponderado de exercício
- f) Preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g) Multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. A Companhia não possui planos de remuneração baseada em ações estruturados sob a forma de opções de compra de ações em vigor no exercício social corrente ou que tenham estado em vigor nos três últimos exercícios sociais.

Conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, a Energisa S.A. adota programa de incentivo de longo prazo baseado na concessão de Units de sua emissão, cujo recebimento está condicionado ao cumprimento de requisitos de vesting e de desempenho estabelecidos em cada programa.

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

As tabelas abaixo apresentam a diluição potencial decorrente da eventual entrega de ações no âmbito do plano de remuneração baseada em ações da Companhia, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência, considerando o exercício social corrente e os três exercícios sociais anteriores.

A diluição potencial representa o percentual máximo de diluição do capital social da Companhia que poderia ocorrer caso todas as ações elegíveis no âmbito do plano fossem efetivamente entregues aos beneficiários.

Previsão para o exercício social corrente (2026)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,0082%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,0056%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,0050%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários	0,0058%

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Data da outorga
- e) Quantidade de ações outorgadas
- f) Prazo máximo para entrega das ações
- g) Prazo de restrição à transferência das ações
- h) Valor justo das ações na data da outorga
- i) Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

As tabelas abaixo apresentam informações sobre as outorgas de ações realizadas no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP) da Companhia, conforme descrito no item 8.4 deste Formulário de Referência.

As quantidades e valores atribuídos a cada beneficiário são rateados entre as sociedades integrantes do Grupo Energisa. Dessa forma, os dados apresentados abaixo referem-se exclusivamente às informações relativas à Companhia.

Exercício social corrente (2026)

8º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Data de outorga	12/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	38.682
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 41,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.600.655,14

8º Programa de Concessão de Ações Restrired Shares (Matching)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Data de outorga	12/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	60.853
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	RR\$ 45,05
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2.741.443,83

7º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	09/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	24.439
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 48,56
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.186.734,71

7º Programa de Concessão de Ações Restrired Shares (Matching)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	18/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	36.169
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 46,79
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.692.347,51

6º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	30/10/2023
Quantidade de ações outorgadas	23.258
Prazo máximo para entrega das ações	2,5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 44,12
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.026.022,19

6º Programa de Concessão de Ações Restrired Shares (Matching)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	11/12/2023
Quantidade de ações outorgadas	23.258
Prazo máximo para entrega das ações	2,5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 51,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.203.595,24

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

8º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Data de outorga	12/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	38.682
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 41,38
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.600.655,14

8º Programa de Concessão de Ações Restrited Shares (Matching)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	7,00
Data de outorga	12/05/2025
Quantidade de ações outorgadas	60.853
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	RR\$ 45,05
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 2.741.443,83

7º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	09/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	24.439
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 48,56
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.186.734,71

7º Programa de Concessão de Ações Restrited Shares (Matching)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	18/05/2024
Quantidade de ações outorgadas	36.169
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 46,79
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.692.347,51

6º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	30/10/2023
Quantidade de ações outorgadas	23.258
Prazo máximo para entrega das ações	2,5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 44,12
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.026.022,19

6º Programa de Concessão de Ações Restrired Shares (Matching)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	11/12/2023
Quantidade de ações outorgadas	23.258
Prazo máximo para entrega das ações	2,5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 51,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.203.595,24

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

6º Programa de Concessão de Ações Performance Shares (VERIFICAR)	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	30/10/2023
Quantidade de ações outorgadas	28.862
Prazo máximo para entrega das ações	2,5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 44,12
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.273.242,65

6º Programa de Concessão de Ações Restrieted Shares (Matching) (VERIFICAR)

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	6,00
Data de outorga	11/12/2023
Quantidade de ações outorgadas	28.862
Prazo máximo para entrega das ações	2,5 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 51,75
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	1.493.603,24

5º Programa de Concessão de Ações Performance Shares

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	5,00
Data de outorga	13/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	33.358
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 37,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.264.252,99

4º Programa de Concessão de Ações Performance Shares

	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7,00
Nº de membros remunerados	5,00
Data de outorga	14/05/2021
Quantidade de ações outorgadas	22.480
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 37,19
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 836.030,01

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

5º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	13/05/2022
Quantidade de ações outorgadas	33.358
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 37,90
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 1.264.252,99

4º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	14/05/2021
Quantidade de ações outorgadas	22.480
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 37,19
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 836.030,01

3º Programa de Concessão de Ações Performance Shares	
	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7
Nº de membros remunerados	5
Data de outorga	21/12/2020
Quantidade de ações outorgadas	20.187
Prazo máximo para entrega das ações	3 anos
Prazo de restrição à transferência das ações	1 ano
Valor justo das ações na data da outorga	R\$ 43,69
Multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga	R\$ 881.972,14

8.11 Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Número de ações
- e) Preço médio ponderado de aquisição
- f) Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g) Multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não. A Companhia não realizou a entrega de ações a título de remuneração baseada em ações nos três últimos exercícios sociais, nem no exercício social vigente.

8.12 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

(a) modelo de precificação

Para fins de mensuração do valor justo dos instrumentos de remuneração baseada em ações, a Companhia adota metodologias distintas, conforme a natureza de cada programa no âmbito do Plano de Incentivo de Longo Prazo (ILP).

Nos programas classificados como Performance Shares, é utilizado o modelo de simulação de Monte Carlo, considerado adequado para capturar o impacto das condições de mercado associadas às métricas de desempenho.

Nos programas classificados como Restricted Shares, o valor justo é determinado com base no preço de mercado das Units na data da outorga, não sendo aplicável modelo de precificação estocástico, uma vez que não há condições de desempenho associadas.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, ponderado das ações, preço do exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Para os programas de Performance Shares, as principais premissas utilizadas no modelo de Monte Carlo incluem:

- preço da ação na data da outorga (com base no preço médio ponderado das Units);
- volatilidade esperada;
- taxa de juros livre de risco;
- correlação entre os ativos, quando aplicável (no caso de TSR relativo);
- expectativa de dividendos; e
- prazo do programa (período de vesting).

A volatilidade esperada é estimada com base no comportamento histórico das Units da Energisa S.A. e, quando aplicável, de empresas comparáveis integrantes do índice de referência utilizado na métrica de TSR.

Para os programas de Restricted Shares, o valor justo corresponde ao preço de mercado das Units na data da outorga, não sendo aplicáveis premissas relacionadas a volatilidade, taxa de juros ou demais variáveis de simulação.

Para mais informações sobre os dados e as premissas do programa de ILP, consulte as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) e/ou os Informes Trimestrais (ITR), disponíveis no site de Relações com Investidores.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável. Os programas de remuneração baseada em ações da Companhia não contemplam opções de compra de ações, tampouco hipóteses de exercício antecipado.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

Para a parcela de TSR o cálculo da volatilidade esperada é baseada na correlação entre as cotações das Units da Energisa S.A. e dos valores mobiliários dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”), com base nos valores históricos de anos anteriores à data de outorga de cada programa utilizando a data de carência no sentido de verificar os períodos anteriores. Para a parcela de valorização da ação o cálculo da volatilidade esperado foi baseado apenas na cotação da Unit da Energisa S.A., com base nos valores históricos de anos anteriores à data de outorga de cada programa utilizando a data de carência no sentido de verificar os períodos anteriores.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Quinto programa: Duas condições de performance: uma associada a condições de mercado (TSR) e outra associada a condição “não de mercado” (Fluxo de Caixa Livre). Demais programas: Duas condições de performance: ambas associadas a condições de mercado (TSR) e (Valorização da Ação).

8.13 Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

As tabelas abaixo demonstram a quantidade de ações ordinárias e preferenciais emitidos pela Companhia detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Conselho de Administração	11.883	1	11.884
Diretoria Estatutária	-	-	-
Conselho Fiscal	315.100	1.100	316.200

As tabelas abaixo demonstram a quantidade de ações ordinárias e preferenciais emitidos pela Energisa S.A., controladora indireta da Companhia, detidas por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2025:

Órgão	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Conselho de Administração	458.046	1.818.894	2.277.030
Diretoria Estatutária	131.466	262.932	394.398
Conselho Fiscal	-	8.690	8.690

8.14 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- Órgão
- Número total de membros
- Número de membros remunerados
- Nome do plano
- Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- Condições para se aposentar antecipadamente
- Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- Se há possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número total de membros	4,00	7,00	6,00
Número de membros remunerados	3,00	7,00	3,00
Nome do Plano	Plano Energisa de Complementação de Aposentadoria		
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-		
Condições para se aposentar antecipadamente	<ul style="list-style-type: none"> • Ter no mínimo 55 anos de idade • Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora • Ter no mínimo 5 anos de vinculação ao plano. • Término do vínculo empregatício com a patrocinadora. • Estar elegível a um benefício de aposentadoria pela previdência oficial 		
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 5.537.830,20	-
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 829.240,00	-
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	<p>Sim, com as seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter no mínimo 5 anos de serviço na patrocinadora • Término do vínculo empregatício • O valor a ser resgatado referente a parte da patrocinadora é proporcional ao seu tempo de serviço 		

8.15 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a) Órgão
- b) Número total de membros
- c) Número de membros remunerados
- d) Valor da maior remuneração individual
- e) Valor da menor remuneração individual
- f) Valor médio de remuneração individual (total da remuneração dividido pelo número de membros remunerados)

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Nº de membros	7,00	0,00	7,00	4,00	0,00	0,00	6,00	6,00	0,00
Nº de membros remunerados	7,00	0,00	7,00	3,00	0,00	0,00	3,00	3,00	0,00
Valor da maior remuneração	1.935.337,81	0,00	2.755.968,89	342.550,00	0,00	0,00	71.707,96	67.695,32	0,00
Valor da menor remuneração	543.291,77	0,00	689.017,18	40.300,00	0,00	0,00	71.707,96	67.695,32	0,00
Valor médio da remuneração	1.227.022,36	0,00	1.679.963,45	162.639,10	0,00	0,00	71.707,96	67.695,32	0,00

8.16 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

A Companhia não possui quaisquer arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estabeleçam mecanismos específicos de remuneração ou indenização em favor dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal.

8.17 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

A tabela abaixo apresenta o percentual da remuneração total dos administradores da Companhia que foi pago a partes relacionadas, considerando os exercícios sociais indicados.

	2026 (previsão)	2025	2024	2023
Conselho de Administração	72,%	70%	52%	11%
Diretoria Estatutária	14%%	12%	10%	12%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A

8.18 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2026	A companhia declara que não possui remuneração para esse exercício.			
2025	A companhia declara que não possui remuneração para esse exercício.			
2024	A companhia declara que não possui remuneração para esse exercício.			
2023	A companhia declara que não possui remuneração para esse exercício.			

8.19 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

31/12/2026

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 4.099.967,54	R\$ 3.203.977,16	R\$ 0,00	R\$ 7.303.944,70
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 6.682.858,30	R\$ 18.065.881,02	R\$ 0,00	R\$ 24.748.739,32

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

31/12/2025

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 190.494,90	R\$ 3.438.096,65	R\$ 0,00	R\$ 3.628.591,55
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.168.685,92	R\$ 8.598.289,28	R\$ 0,00	R\$ 10.766.975,20

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

31/12/2024

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 358.980,00	R\$ 5.987.968,65	R\$ 87.855,80	R\$ 6.434.804,45
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.242.173,43	R\$ 10.629.988,69	R\$ 0,00	R\$ 12.872.162,12

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

31/12/2023

Remuneração recebida em função do exercício social do cargo no emissor				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 265.168,54	R\$ 6.499.917,51	R\$ 84.168,64	R\$ 6.849.254,69
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 2.765.401,45	R\$ 9.368.047,85	R\$ 0,00	R\$ 12.133.449,30

Demais remunerações recebidas, especificando a que título foram atribuídas.				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Controladas do emissor	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Sociedades sob controle comum	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-

8.20 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

As informações relativas à política e às práticas de remuneração da Companhia, incluindo aquelas referentes aos programas de incentivo de longo prazo baseados em ações, encontram-se descritas nos itens 8.1, 8.4, 8.10, 8.11 e 8.12 deste Formulário de Referência.

Cálculo do número de membros dos órgãos da administração

- Os quadros abaixo contemplam as respectivas memórias de cálculo do número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria previstos nos itens 8.2 e 8.15 deste Formulário de Referência, seguindo os critérios recomendados pelo Ofício-Circular/Anual-2025-CVM/SEP:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025

Conselho de Administração													
Conselho de Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

Conselho Fiscal													
Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

Diretoria													
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Número de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Conselho de Administração													
Conselho de Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

Conselho Fiscal													
Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

Diretoria													
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Número de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023

Conselho de Administração													
Conselho de Administração	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00
Número de Membros Remunerados	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4,00

Conselho Fiscal													
Conselho Fiscal	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6	6,00
Número de Membros Remunerados	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3,00

Diretoria													
Diretoria	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Número Total de Membros	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00
Número de Membros Remunerados	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7,00

Orientações Gerais

1. Instruções aos participantes por meio de plataforma eletrônica:

Com base na Resolução CVM 81, a Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"). Os acionistas que participarem por meio do sistema eletrônico disponibilizado pela Companhia serão considerados presentes à Assembleia, podendo exercer seus respectivos direitos de voto, bem como assinantes da respectiva ata, nos termos do artigo 26 e seguintes da Resolução CVM 81.

Para participação na Assembleia via Plataforma Digital, o acionista deverá enviar solicitação de cadastro para o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, por meio do e-mail ri@energisa.com.br, a qual deverá ser recebida pela Companhia até às 12 horas (horário de Cuiabá) / 13 horas (horário de Brasília) do dia 26 de abril de 2026, devidamente acompanhada das informações e documentos descritos a seguir, consoante o previsto na Resolução CVM 81 art. 6º, §§ 1º e 3º.

A solicitação deverá estar acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, bem como cópia simples dos documentos solicitados no edital de convocação.

Tanto acionistas, quanto procuradores, no momento em que efetuarem os cadastros, receberão um e-mail informando que a companhia irá avaliar a solicitação de cadastro. Em caso de aprovação, os acionistas e procuradores receberão uma confirmação por e-mail de que o cadastro foi aprovado. Em caso de rejeição, receberão um e-mail explicando o motivo da rejeição e, se for o caso, orientando como podem fazer a regularização do cadastro.

Após cadastrado, o procurador terá um ambiente virtual, "Painel de Representantes", que também é acessado através do Endereço Eletrônico do Evento. Nesse ambiente ele pode acompanhar a situação da aprovação de cada representado, bem como atualizar suas documentações, ao acessar com o login e senha previamente cadastrado.

O acionista que tenha realizado o cadastro para participação virtual e não tenha recebido, da Companhia, o e-mail informando sobre a situação cadastral e com as instruções para acesso e participação na Assembleia até às 12:00 horas (horário de Cuiabá) / 13:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2026, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@energisa.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia (10 horas (horário de Cuiabá) / 11 horas (horário de Brasília) do dia 28 de abril de 2026), para que lhe seja prestado o suporte necessário.

Na data da Assembleia, o acesso à plataforma digital para participação estará disponível a partir de 30 minutos de antecedência, sendo que o registro da presença do acionista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso do respectivo acionista, ou seu representante, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após o início da Assembleia, não será possível o ingresso do acionista, independentemente da realização do cadastro. Assim, a Companhia recomenda que os acionistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 30 minutos de antecedência.

A Companhia ressalta que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia.

Para assegurar também a autenticidade e segurança das Assembleias, a Companhia informa que ela será integralmente gravada.

A Companhia disponibilizará o sistema de votação a distância, nos termos da Resolução CVM 81, permitindo que seus acionistas enviem boletins de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturado das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes no Anexo M da Resolução CVM 81.

Excepcionalmente para essa Assembleia, e com o intuito de assegurar a participação dos acionistas, a Companhia não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notariação, legalização/apostilamento e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles assinados fora do país, porém a tradução simples de referidos documentos estrangeiros continuará sendo exigida, exceto para os documentos emitidos em inglês.

2. Acionista Presente (via Plataforma Digital)

A Companhia solicita que a identificação do acionista, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, esteja acompanhada de cópia simples dos seguintes documentos:

- documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular);
- comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, o qual se recomenda tenha sido expedido, no máximo, 5 (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias Gerais;
- relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

3. Procuradores

O acionista que não puder comparecer e desejar participar da Assembleia digital poderá constituir procurador com poderes para representá-lo.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 (parágrafo 1º do art. 126), o procurador deverá ser acionista da Companhia, advogado ou administrador da Companhia ou de instituição financeira/fundo de investimento. O procurador deverá ter sido instituído há menos de um ano da data da Assembleia Geral.

O representante da acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) do contrato ou estatuto social; e (b) do ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer às assembleias gerais como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente a acionista pessoa jurídica.

No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas nas Assembleias Gerais digitais caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo a respeito de quem é titular de poderes para exercício do direito de voto das ações e ativos na carteira do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente.

Vale mencionar que (a) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no artigo 126, § 1.º da Lei nº 6.404/76; e (b) as pessoas jurídicas que forem acionistas da Companhia poderão, nos termos da decisão da CVM no âmbito do Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014, ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado.

4. Boletim de Voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o boletim de voto à distância diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

4.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia, observadas as regras por esses determinadas.

Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia ou com o escriturador e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Os agentes de custódia encaminharão as manifestações de voto por eles recebidas à Central Depositária da B3 que, por sua vez, gerará um mapa de votação a ser enviado ao escriturador da Companhia.

Nos termos da Resolução CVM 81, o acionista deverá transmitir as instruções de preenchimento do boletim para seus agentes de custódia ou para o escriturador em até 4 (quatro) dias antes da data de realização da Assembleia, ou seja, até o dia 24/04/2026 (inclusive), salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador.

Vale notar que, conforme determinado pela Resolução CVM 81, a Central Depositária da B3, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ. Adicionalmente, o escriturador, também em linha com a Resolução CVM 81, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

4.2. Envio do boletim de voto à distância pelo acionista diretamente à Companhia

A Companhia estabelece que a Plataforma Digital será o único meio para o envio do BVD diretamente à Companhia, nos termos do art. 27 da Resolução CVM 81, excluindo a possibilidade de envio por correio postal ou e-mail.

No que se refere às formalidades necessárias para aceitação do Boletim de Voto a Distância, quando enviado diretamente à Companhia, serão exigidos:

via original do Boletim de Voto a Distância devidamente preenchido, rubricado (em todas as páginas) e assinado, observado que a Companhia não exigirá o reconhecimento de firma de boletins emitidos em território brasileiro e a notarização daqueles emitidos fora do país;

cópia dos seguintes documentos:

Pessoas físicas:

Documento de identidade do acionista válido com foto.

Pessoas jurídicas:

Documentos comprobatórios de representação, incluindo os atos constitutivos e a ata de eleição dos administradores e, no caso de fundo de investimento, cópia (i) do regulamento do fundo em vigor, (ii) do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, e (iii) a ata de eleição dos respectivos administradores;

Documento de identidade do representante legal válido com foto.

A Companhia solicita que os documentos acima sejam enviados à Gerência de Relação com Investidores, preferencialmente para o endereço eletrônico: ri@energisa.com.br.

Durante o prazo de votação, o acionista poderá alterar suas instruções de voto quantas vezes entender necessário, de modo que será considerada no mapa de votação da Companhia a última instrução de voto apresentada. Uma vez encerrado o prazo de votação, o acionista não poderá alterar as instruções de voto já enviadas. Caso o acionista julgue que a alteração seja necessária, esse deverá participar pessoalmente da Assembleia digital, portando os documentos exigidos pela Companhia para participação presencial, e solicitar que as instruções de voto enviadas via Boletim sejam desconsideradas.

Além das informações constantes no Edital de Convocação, na Proposta da Administração e nesta proposta, os acionistas da Companhia poderão sanar eventuais dúvidas por meio de contato com a Gerência de Relações com Investidores, através do e-mail: ri@energisa.com.br.

5. Conflito de Interesses

Durante a realização das Assembleias, assim como ocorre nas reuniões do órgão de administração e fiscalização da Companhia, os acionistas presentes deverão manifestar-se em razão da existência de eventual situação de conflito de interesses em quaisquer matérias em discussão ou deliberação, nas quais sua independência venha a ser comprometida. Também deverá manifestar-se qualquer acionista presente que tenha conhecimento de qualquer situação conflituosa em relação a outro acionista e a matéria objeto da deliberação. Quando manifestado o conflito de interesses, o acionista conflitado deverá abster-se na deliberação em relação àquele assunto. Caso o acionista conflitado se recuse de abster-se das deliberações, o presidente das Assembleias deverá determinar a anulação dos votos conflitados proferidos, ainda que posteriormente ao conclave.

Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (<http://www.ri.energisa.com.br>), da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação, que contém informações complementares relativas à participação na Assembleia por meio do sistema eletrônico.

Por fim, ressalta-se que, como a Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital, não haverá a possibilidade de os acionistas comparecerem presencialmente. A realização da Assembleia de forma exclusivamente digital visa proporcionar maior acessibilidade e conveniência aos acionistas, permitindo a participação de qualquer local, sem as limitações geográficas ou logísticas do formato presencial. Essa modalidade visa garantir a participação de um maior número de acionistas e contribui para a otimização de tempo e recursos, tornando o processo mais eficiente e alinhado às tendências tecnológicas, sem comprometer a transparência e o direito de voto dos acionistas.

Cuiabá, 27 de março de 2026.

Omar Carneiro da Cunha Sobrinho
Presidente do Conselho de Administração